

MESA DIRETORA

FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO - PRESIDENTE

FRANCISCA AURELINA DE MEDEIROS LIMA
1ª VICE-PRESIDENTE

GERSON CHAGAS
2º VICE-PRESIDENTE

FRANCISCO ASSIS DA SILVEIRA
3º VICE-PRESIDENTE

JALSER RENIER PADILHA
1º SECRETÁRIO

REMÍDIO MONAI MONTESSI
2º SECRETÁRIO

ERCI DE MORAES
CORREGEDOR GERAL

MARCELO CABRAL
3º SECRETÁRIO

NALDO DA LOTERIA
4º SECRETÁRIO

DAMOSIEL LACERDA ALENCAR
OUVIDOR GERAL

Membros das Comissões Permanentes da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima

Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final

Deputado Rodrigo Jucá - PMDB
Deputado Flamarion Portela - PTC
Deputado Jalsler Renier - DEM
Deputada Aurelina Medeiros - PSDB
Deputado Chicão da Silveira - PDT
Deputado Coronel Chagas - PRTB
Deputado Brito Bezerra - PP

Comissão de Administração, Segurança e Serviços Públicos

Deputado Jean Frank - PMN
Deputado Soldado Sampaio - PC do B
Deputado Coronel Chagas - PRTB
Deputado Dhiego Coelho - PSL
Deputado Remídio Monai - PR

Comissão de Educação, Cultura, Desportos e Saúde

Deputado Joaquim Ruiz - PV
Deputado Ionilson Sampaio - PSB
Deputado Célio Wanderley - DEM
Deputado Remídio Monai - PR
Deputado Gabriel Picanço - PSB

Comissão de Orçamento, Fiscalização Financeira, Tributação e Controle

Deputado Célio Wanderley - DEM
Deputado Brito Bezerra - PP
Deputado Marcelo Natanael - PRB
Deputado Marcelo Cabral - PPS
Deputado Flamarion Portela - PTC

Comissão de Defesa do Consumidor

Deputado Soldado Sampaio - PC do B
Deputado Coronel Chagas - PRTB
Deputado Jânio Xingú - PSL
Deputado Mecias de Jesus - PR
Deputado Rodrigo Jucá - PMDB

Comissão de Agricultura, Pecuária e Política Rural

Deputado Gabriel Picanço - PSB
Deputado Erci de Moraes - PPS
Deputado Naldo da Loteria - DEM
Deputada Ângela Águida Portella - PSC
Deputado Brito Bezerra - PP

Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e das Minorias

Deputado Jânio Xingú - PSL
Deputado Dhiego Coelho - PSL
Deputado Jalsler Renier - DEM
Deputado Soldado Sampaio - PC do B
Deputado Jean Frank - PMN

Comissão de Ética Parlamentar

Deputado Marcelo Natanael - PRB
Deputado Gabriel Picanço - PSB
Deputado Ionilson Sampaio - PSB
Deputada Ângela Águida Portella - PSC
Deputado Coronel Chagas - PRTB
Suplentes:
1º - Deputado Sargento Damosiel - PRP
2º - Deputada Aurelina Medeiros - PSDB

Comissão de Terras, Colonização e Assuntos Indígenas

Deputado Mecias de Jesus - PR
Deputada Aurelina Medeiros - PSDB
Deputado Erci de Moraes - PPS
Deputado Marcelo Cabral - PPS
Deputado Chicão da Silveira - PDT

Comissão de Indústria, Comércio e Turismo:

Deputado Brito Bezerra - PP
Deputado Jalsler Renier - DEM
Deputado Gabriel Picanço - PSB
Deputado Erci de Moraes - PPS
Deputado Rodrigo Jucá - PMDB

Comissão de Viação, Transportes e Obras

Deputado Flamarion Portela - PTC
Deputado Remídio Monai - PR
Deputado Gabriel Picanço - PSB
Deputado Naldo da Loteria - DEM
Deputada Marcelo Natanael - PRB

Comissão de Defesa dos Direitos da Família, da Mulher, da Criança, do Adolescente e do Idoso e de Ação Social

Deputada Ângela Águida Portella - PSC
Deputado Mecias de Jesus - PR
Deputado Jânio Xingú - PSL
Deputada Aurelina Medeiros - PSDB
Deputado Dhiego Coelho - PSL

Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Deputado Ionilson Sampaio - PSB
Deputado Marcelo Cabral - PPS
Deputado Sargento Damosiel - PRP
Deputado Erci de Moraes - PPS
Deputado Soldado Sampaio - PC do B

Comissão de Ciência, Tecnologia, Relações Fronteiriças e MERCOSUL

Deputado Dhiego Coelho - PSL
Deputado Célio Wanderley - DEM
Deputado Mecias de Jesus - PR
Deputado Rodrigo Jucá - PMDB
Deputado Remídio Monai - PR

Atos Administrativos

Resoluções de Afastamento nº 268 a 272/2011 2

Atos Legislativos

Errata (§ 3º do art. 133 do Regimento Interno deste 3

Poder) 3

Ata da 1998ª Sessão Ordinária na Íntegra 3

Ata da 2000ª Sessão Ordinária na Íntegra 14

SUMÁRIO

GERÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO GERAL

 Rua Coronel Pinto, esquina com a Av. Ville Roy, nº 524 - Centro
 Telefone: (95) 3623-6665

 AIAS VIANA BENTO
 Secretário Administrativo

 JOSIRAN SILVA CRUZ
 NESS ANNE QUEIROZ LAMY
 Diagramação

EXPEDIENTE

 As matérias publicadas no Diário Oficial da Assembleia Legislativa
 deverão ser entregues à Gerência de Documentação Geral através
 de meio magnético, em formato .doc, com cópia do documento, de
 segunda a sexta-feira até às 15:30h

 É de responsabilidade de cada setor, gerência, secretaria e dos ór-
 gãos da Fundação Rio Branco de Educação, Rádio e Televisão as
 correções ou revisões das matérias por eles produzidas, bem como,
 o envio de documentos em tempo hábil para publicação.

MATERIAS E PUBLICAÇÕES

ATOS ADMINISTRATIVOS
**RESOLUÇÕES DE AFASTAMENTO
 E SUPRIMENTOS DE FUNDOS**
R E S O L U Ç Ã O N º 268/2011

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 11/92.

RESOLVE

AUTORIZAR o deslocamento do Excelentíssimo Senhor Deputado **JALSER RENIER PADILHA**, para a cidade de Brasília-DF, no período de 02.05 a 06.05.2011, aonde o mesmo participará de visitas aos membros da Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final, do Congresso Nacional, para tratar de assuntos de interesse desta Casa de Leis, com ônus para este Poder.

Palácio Antônio Martins, 02 de maio de 2011

 Deputada **FRANCISCA AURELINA DE MEDEIROS LIMA**

Presidente em Exercício

 Deputado **GERSON CHAGAS**

2º Vice-Presidente

 Deputado **MARCELO MOTA DE MACEDO**

3º Secretário

R E S O L U Ç Ã O N º 269/2011

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 11/92.

RESOLVE

AUTORIZAR o deslocamento do servidor **CLEOMAR BUENO BRAGA, AP-13**, para a cidade de Brasília-DF, no período de 04.05 a 06.05.2011, aonde o mesmo participará de treinamento na Secretaria Legislativa da Câmara dos Deputados, com ônus para este Poder, somente no tocante às passagens aéreas.

Palácio Antônio Martins, 02 de maio de 2011

 Deputada **FRANCISCA AURELINA DE MEDEIROS LIMA**

Presidente em Exercício

 Deputado **GERSON CHAGAS**

2º Vice-Presidente

 Deputado **MARCELO MOTA DE MACEDO**

3º Secretário

R E S O L U Ç Ã O N º 270/2011

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 11/92.

RESOLVE

AUTORIZAR o deslocamento da servidora **MARIA DE JESUS VELOSO DOS SANTOS, ALE FG-3**, para o município de São João da Baliza, no período de 03.05 a 08.05.2011, aonde a mesma tratará de assuntos relativos às suas atividades funcionais naquele município, com ônus para este Poder.

Palácio Antônio Martins, 02 de maio de 2011

 Deputada **FRANCISCA AURELINA DE MEDEIROS LIMA**

Presidente em Exercício

 Deputado **GERSON CHAGAS**

2º Vice-Presidente

 Deputado **MARCELO MOTA DE MACEDO**

3º Secretário

R E S O L U Ç Ã O N º 271/2011

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 11/92.

RESOLVE

AUTORIZAR o deslocamento da servidora **FRANCISCA ELENA MARTINS, Assessora Especial**, para a cidade de Fortaleza-CE, no período de 04.05 a 13.05.2011, aonde a mesma realizará visita técnica e treinamento na área de Processo Administrativo e Legislativo na Assembleia Legislativa e Tribunal de Contas daquele Estado, com ônus para este Poder.

Palácio Antônio Martins, 02 de maio de 2011

 Deputada **FRANCISCA AURELINA DE MEDEIROS LIMA**

Presidente em Exercício

 Deputado **GERSON CHAGAS**

2º Vice-Presidente

 Deputado **MARCELO MOTA DE MACEDO**

3º Secretário

R E S O L U Ç Ã O N º 272/2011

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 11/92.

RESOLVE

AUTORIZAR o deslocamento da servidora **SAMARA PATRÍCIA PIRES DA SILVA, ALE FG-12**, para a cidade de Manaus-AM, no período de 05.05 a 13.05.2011, aonde a mesma tratará de assuntos de interesse desta Casa Legislativa, com ônus para este Poder.

Palácio Antônio Martins, 02 de maio de 2011

 Deputada **FRANCISCA AURELINA DE MEDEIROS LIMA**

Presidente em Exercício

 Deputado **GERSON CHAGAS**

2º Vice-Presidente

 Deputado **MARCELO MOTA DE MACEDO**

3º Secretário

ERRATA**(§ 3º do art. 133 do Regimento Interno deste Poder)****Especificação do Documento**

A Ata da Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final Instalação da Comissão, do dia 27/04/11. Publicada no Diário da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, Edição n.º 1092, de 02 de maio de 2011.

Onde se Lê: MISSAO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL.

Leia-se: COMISSAO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL

Sala das Sessões, 02 de maio de 2011.

Gizelda Pinheiro de Barros
 Gerente das Comissões.

ATAS PLENÁRIO - ÍNTEGRA

ATA DA 1998ª SESSÃO, EM 30 DE MARÇO.
41º PERÍODO LEGISLATIVO DA 6ª LEGISLATURA.
 = ORDINÁRIA =

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO CHICO GUERRA.

O Senhor Presidente (**Chico Guerra**) - Passaremos para Ordem do Dia. Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda a leitura de Moção de Pesar ao Povo Mineiro pelo falecimento do seu ilustre filho **José de Alencar**, ocorrido no dia vinte e nove do corrente mês.

O Senhor Primeiro Secretário (**Chicão da Silveira**) lida a Moção de Pesar.

O Senhor Presidente (**Chico Guerra**) - Coloco em discussão a Moção de Pesar.

Não havendo quem queira discutir a matéria, coloco-a em votação. A votação será simbólica, os Deputados que concordarem permaneçam como estão.

Dou por aprovada a matéria.

Senhoras e Senhores Deputados, neste momento, nossa Sessão está sendo transmitida em tempo real pela rádio anauá de Rorainópolis.

Dirijo-me ao povo de Rorainópolis, encaminhando, em nome do Poder Legislativo, o nosso abraço. Também faz parte do Projeto a ação de aproximar a Assembleia Legislativa do povo.

Disponibilizemos ao povo mais este instrumento ao mesmo tempo favorecerá este município como irá contribuir para o fortalecimento do Poder Legislativo para a população de Rorainópolis se manter informada sobre o que ocorre na Assembleia Legislativa, conhecer o desempenho dos Deputados nos quais vocês votaram. Inclusive, aparecerão alguns flashes das Comissões quando reunidas. Parabéns ao povo de Rorainópolis a aos Senhores Deputados.

Neste momento transformo a Sessão em Comissão Geral.

Solicito aos Senhores Deputados **Mecias de Jesus** e **Coronel Chagas** que conduzam à Mesa dos Trabalhos o Senhor **Elieser Girão Monteiro Filho**, Secretário de Segurança Pública, bem como os Senhores: **Eduardo Vainer dos Santos**, Delegado de Polícia Civil; **Coronel Gleison Vitorio**, Comandante da Polícia Militar; **Doutor Ademir Teles de Menezes**, Promotor da Vara do Consumidor e Cidadania; **Coronel Vanei Raimundo Viera Filho**, Secretário de Estado de Justiça e Cidadania.

O Senhor Deputado **Mecias de Jesus** pede uma Questão de Ordem - Gostaria de requerer a Vossa Excelência, convidasse para Mesa o Presidente do Sindicato dos Policiais que se encontra em Plenário.

O Senhor Presidente (**Chico Guerra**) - Acato a solicitação de Vossa Excelência. E solicito conduzi-lo até a Mesa.

Solicito à Senhora Deputado **Aurelina Medeiros** conduzir o Vereador **Josiel** até a mesa para acompanhar os trabalhos.

Questão de Ordem do Deputado **Soldado Sampaio** - Gostaria que fosse convidado para fazer parte da Mesa o Presidente da Associação dos Policiais e Bombeiro do Estado de Roraima.

O Senhor Presidente (**Chico Guerra**) - acato a solicitação de Vossa Excelência e solicito que o conduza até a Mesa.

Questão de Ordem do Senhor Deputado Senhor Deputado **Brito Bezerra** - Gostaria que fossem convidados para compor a Mesa os Senhores Presidente da Associação dos Atacadistas Senhor **Noelton Cavalcante**; **Edilberto Veras** representante do Sindicato das Drogarias e Farmácia; e a Senhora **Brenda**, representando as vítimas de assalto a supermercados. São pessoas que estão diretamente envolvidas no processo.

O Senhor Presidente (**Chico Guerra**) - Infelizmente só resta uma vaga à Mesa. Sugiro que Vossa Excelência escolha uma pessoa para fazer parte da Mesa, e a conduza até a Mesa.

Passo a Presidência dos trabalhos ao Deputado **Coronel Chagas**.

O Senhor Presidente (**Coronel Chagas**) - bom dia a todos, antes de darmos início a esta Audiência Pública, convido todos os presentes ao Plenário que, em pé, prestemos um minuto de silêncio em respeito ao falecimento, na data de ontem, do ex Vice Presidente de República **José de Alencar**.

Damos início à Audiência Pública de grande importância para a sociedade roraimense. A Segurança Pública é uma das três primeiras preocupações do cidadão brasileiro, e não é diferente aqui no nosso Estado, juntamente com a saúde e com a educação, são temas que levam preocupação a todos os lares, a demanda por Segurança Pública é cada vez mais crescente no nosso Estado.

Vamos estabelecer a rotina dos trabalhos nesta Audiência Pública da seguinte forma.

Vamos abrir espaço de três minutos para os representantes das entidades de classes para suas façam colocações, perguntas às autoridades que constituem a Mesa. Após, vamos abrir para os Senhores Parlamentares que queiram dar a sua contribuição para o debate. E finalmente vamos abrir o tempo para que cada titular de Pasta do Poder Executivo, aqui representado, possa efetivamente fazer uma explanação sobre a situação da Instituição que comanda.

Passo a palavra ao Presidente da Federação de Comércio - **FECOMERCIO** - **Antônio Airton de Oliveira Dias**. Caso não esteja presente, passo a palavra ao Senhor Presidente da Câmara de Dirigentes Logistas - Vereador **Josiel Vanderley**.

O Senhor Vereador **Josiel Vanderley** - Presidente da Câmara de Dirigentes Logistas - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, em nome do presidente cumprimento toda a Mesa; em nome Deputado **Erci de Moraes** cumprimento todos os Deputados Estaduais.

A Câmara de Dirigentes Logistas é uma entidade com apenas seis anos na nossa capital, e cuja preocupação voltada sempre ao sistema de Segurança do nosso comércio logista, e tem direcionado algumas de nossas preocupações no sistema de Segurança que hoje atinge o nosso País. Não só Roraima que vemos em manchetes de jornais, são todos os Estados da Federação brasileira. Mas, o significado de uma Audiência Pública é vantajoso, abre oportunidades, por exemplo, para estabelecer nossa união e de todas as classes de interesse do nosso Estado para juntos, buscar decisões que possam trazer mais segurança para o Estado.

Na condição de representante, me coloco à disposição para todas as reivindicações e Projetos que possam trazer segurança para Roraima. Muito obrigado!

O Senhor **Hélio Cavalcante** - Presidente da Associação de Distribuidores -ADAR- bom-dia a todos, Presidente da Casa e demais autoridades presentes. Sou Vice Presidente, e estou representado o Presidente da ADAR Senhor **Antônio Celenieudo**.

Neste momento importante do nosso Estado, estou aqui para somar valores e nos solidarizarmos com os representantes do Comércio e demais instituições aqui presentes. Sabemos que o problema de Segurança Pública não é só de Roraima, o país, como um todo, passa por certa insegurança em alguns departamentos, mas sabemos que o Estado e o Governo não têm medido esforços e investimento nesse sentido. Venho aqui dizer que a associação como um todo se preocupa com o bem-estar do varejista, da Associação, dos jovens e adolescentes do nosso Estado, assim também não podemos deixar de fora os esforços feitos pela Prefeitura Municipal deste Estado que também vem trabalhando dentro das suas condições. Sabemos que todo o País sofreu corte de verbas no início deste ano e, por isso, alguns Projetos em andamento que estão aprovados e que devem ser concluídos em curto prazo.

Em nome da ADAR, venho dizer aos Senhores que estamos à disposição dos Senhores para colaborarmos com o Estado, através de instituições presentes, pela união e bem-estar. Muito obrigado!

O Senhor Presidente (**Coronel Chagas**)-Solicito ao Senhor Deputado **Joaquim Ruiz** que conduza à Mesa dos trabalhos o Senhor **Antônio Airton de Oliveira Dias**, Presidente da Federação do Comércio - FECOMERCIO.

O Senhor **Clindson Patrício** - Presidente da Associação dos Policiais Civis - ASEPOC - Bom-dia, Presidente, em nome do Deputado **Sampaio** saúdo a todos os presentes.

Nesta manhã, ao que vou chamar atenção espero que seja alvo

deste Governo que aí se encontra. Em relação ao concurso de 2004, quando um determinado número de Policiais Civis, em exercício, foi dispensado, até hoje aguarda resposta deste tal governo que aí se encontra. Eu gostaria de dizer ao Coronel **Walnei** que nós temos duzentos agentes penitenciários que estão prontos para trabalharem, basta uma reciclagem. Reporto-me também ao Secretário de Segurança, que naquela época o Governador disse que iria levantar uma assessoria para acompanhar o caso de perto, mas nada foi feito. Trago em mão o documento feito em Minas Gerais, um quadro em extinção, o Governador **Aercio Neves** teve a coragem de enquadrar noventa e oito mil funcionários. E isso aconteceu também em São Paulo foi porque, nessas localidades houve a vontade do Governo do Estado em trabalhar em prol daqueles cidadãos.

Chamo a atenção do Secretário que isso pode ser apreciado por esta Casa, também trago em mãos uma Emenda Constitucional criada pelo procurador do Estado e um Juiz aposentado para ser apreciado por esta Casa e deixo aqui para que saia do papel, que aconteça verdadeiramente, o povo de Roraima não agüenta mais ver a situação da Segurança Pública do nosso Estado. Nós precisamos dormir em paz, e não ter que levantar, tendo alguém no quintal, precisamos proteger os lojistas que estão sofrendo por falta de uma Segurança Pública verdadeira, que precisamos sair do papel. Desde já agradeço

O Senhor **Antônio Airton Dias**- Presidente da FECOMERCIO –Minhas Senhoras e meus Senhores, bom-dia. Inicialmente, parabeno os idealizadores deste evento, o Senhor **Monteiro**, Nossos Deputados aqui presentes.

Na condição de Presidente da Federação do Comércio, nós temos uma visão sobre Segurança Pública que talvez destoe um pouco da posição de muitos. A gente entende que segurança pública se faz com desenvolvimento econômico, com aprimoramento das questões sociais e do envolvimento de toda a sociedade. Entendo que segurança pública, saúde e educação é uma questão de Estado seja estadual, municipal. Nós precisamos dar primeiro, transparência nas gestões públicas. Nós precisamos de incremento no setor produtivo, e fazer com que esses benefícios, criados para Roraima, saiam do papel para a realidade, que possam propiciar emprego, melhor renda e qualidade de vida. É porque, simplesmente, combate pelo combate, não sei se será uma das soluções mais viáveis.

O aparelhamento da segurança pública, da Polícia Militar é indispensável. O apoio ao corpo de funcionários, aos militares que operam na Segurança Pública também é indispensável. Mas, acima de tudo, deve haver um propósito, com representantes de todos os segmentos da sociedade de Roraima no sentido de se tornar uma civilização mais consciente comprometida e responsável papel que cada um representa na sociedade. Quero sintetizar a atuação da representação, exercemos o empenho e a colaboração em todos os sentidos tanto nos trabalhos sociais que desenvolvemos, de grande valia, no Estado de Roraima. Atendemos a quatro mil crianças em creches na periferia de Boa Vista, onde uma escola com 1.800 alunos que é referência no Estado. Procuramos desenvolver um papel que dê respaldo a esse projeto de melhoria de condições ao nosso Estado. Parabeno aos idealizadores deste encontro, a todos os presentes pela responsabilidade, pelo fato de estarem aqui todos com a preocupação de dar segurança à nossa sociedade. Muito obrigado.

O Senhor Presidente do Sindicato de Guardas Municipais (**Wilmar Moreira de Sousa**) – Em nome do deputado **Sampaio**, saúdo a todos. Senhores Deputados, a segurança no Estado de Boa Vista é crítica. Como também no Brasil inteiro encontra-se raquítica. É preciso traçar metas, não apenas para ficar no papel, mas colocadas em prática. Hoje, a violência no Estado de Roraima, incluindo o Município de Boa Vista, está crescendo. Isto é visível pelas reportagens de assalto a lojas, residências, em plena luz do dia. Onde está a segurança pública? Cadê o papel da segurança pública?

Como representante dos Guardas Municipais, também precisamos atuar, mas estamos sem meios, sem condições de atuar na área de segurança, principalmente, na área preventiva. Porque se a guarda municipal estivesse atuando na área preventiva, estaríamos andando pelas ruas, pelas praças, mas infelizmente nós estamos sem essas condições por razões econômicas e por motivos administrativos também. Precisamos como município, de ajuda até mesmo do apoio da própria Secretaria de Segurança do Estado. Precisamos de uma parceria para desenvolver um trabalho com eficiência para a segurança pública do Estado e Município de Boa Vista. Precisamos nos atentar de forma concreta a essas situações, não apenas em nível de conferências sobre segurança ou reunião pública como esta aqui, existe uma

formalidade. É essencial haver atitude, ação, que haja reunião de esforço para êxito na segurança do cidadão boavistense para que desfrute e uma qualidade de vida melhor. Muito obrigado.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Com a palavra o Senhor **Manoel Nazário Neto**.

O Senhor **Manoel Nazário Neto**, representante da APBM – Associação dos Policiais e Bombeiros Militares do Estado de Roraima – Bom-dia a todos os presentes, bom-dia aos trabalhadores da segurança pública, ao **Soldado Sampaio**, em nome do qual cumprimento todos os presentes da Mesa.

É com pesar que estamos aqui para debater sobre a segurança pública, uma obrigação do Estado que não deveria chegar a essa situação. Nós, enquanto associação visitamos 14 municípios do Estado de Roraima, exceto Uiramutã, constatamos uma situação vergonhosa, uma situação de segurança pública a qual um Estado não deveria chegar. Nós não recebemos nos nossos destacamentos policiais materiais necessários ao trabalho diário, necessários ao bem estar do funcionário para servir à sociedade de uma maneira adequada. Não encontramos nesses destacamentos o número suficiente de policiais para atender a população, só para os Senhores terem uma idéia, Normandia com uma população 8.926 pessoas para três policiais militares que não tiram serviço todos os dias do mês, é por dia. Imaginem uma cidade com 8 mil pessoas ter sua segurança feita por apenas um policial militar a cada dia? Essa situação não pode continuar. Nós temos uma situação drástica na questão de viaturas. Certos lugares no interior que não têm uma moto para o militar trabalhar. Na localidade de Entre Rios tem um militar sem moto, sem telefone porque está cortado e sem rádio para comunicação. Então, o que esse militar vai fazer por aquela comunidade? Essa situação tem que mudar. Hoje, nós temos três Deputados nesta Casa, ligados diretamente à segurança pública, e eu pergunto: Será que a segurança pública vai mudar? Será que nós vamos ter por parte do Estado um compromisso para mudar essa situação? Recentemente, o Comandante notificou à Folha de Boa Vista essa situação corroborando com tudo aquilo que vai ser falado aqui por parte da Associação dos Policiais, e também do Sindicato dos Policiais Civis.

Então, está caótica a situação da segurança pública exige uma atenção especial. Nós temos que abrir os olhos enquanto é tempo, temos que ter acordo hoje para a segurança pública. Há vários locais no interior em situação calamitosa. Na parte de alojamento para os militares, que vão tirar serviço 24h, não têm colchões adequados, o armamento usado é obsoleto, a maioria são revólveres 38, enquanto os assaltantes possuem armamentos muito mais potentes e o podem fazer o policial em relação a isso? Como ele vai poder combater o crime nessa situação? E quanto à munição, hoje, na Polícia Militar se encontra vencida, armazenada de modo inadequado. Nós temos as reservas de armamento, e onde se guardam as armas para combater a criminalidade se encontra em salas onde não existem grades, laje. Existe apenas um vidro e uma janela. Exemplo é o município de Amajari, na Vila Brasil, com janela de madeira com vidro onde é guardado o armamento. Creio que por Roraima ainda ser um Estado que não está tão avançado na criminalidade, os bandidos ainda não tiveram a idéia de entrar, quebrar apenas o vidro e pegar o armamento que é da polícia para defender a população.

Então, a segurança pública hoje está em situação lastimável, é preciso mudá-la. Proponho envolver os três parlamentares, a boa vontade dos gestores para que nós possamos mudar essa situação. Muito obrigado.

O Senhor Presidente (**Coronel Chagas**) – Com a palavra o Senhor **José Nilton Pereira da Silva**, Presidente do Sindicato dos Policiais Civis do Estado de Roraima – SINDPOL.

O Senhor **José Nilton Pereira da Silva** - Presidente do Sindicato dos Policiais Civis do Estado de Roraima – SINDPOL – Bom-dia a todos e, em nome do Soldado **Sampaio e Brito**, saúdo a todos os presentes, em especial os policiais civis.

Como disse o colega da APBM, é com pesar que a gente esteja aqui em protesto com relação há esses três minutos para a gente discutir a questão da insegurança na segurança pública. É evidente, porque o Estado que não investe neste setor, não propicia segurança aos seus municípios. Então, quero dizer que chega de discursos vazios e promessas não cumpridas, a próxima vítima poderá ser um de nós. Isso, em consequência ao caos que se encontram as unidades prisionais, as delegacias tanto na capital, como do interior, tudo em uma verdadeira ruína. Também quanto às viaturas caracterizadas da Polícia Civil, que é a Polícia Judiciária, conforme todo mundo sabe, é uma polícia investigativa. Então, fica difícil para nós policiais civis podermos

trabalhar com viaturas caracterizadas, e muito mais difícil ainda a gente não ter oportunidade de telefone nas delegacias funcionando, a gente não tem internet para consultar sobre a vida pregressa de um indivíduo que chega à delegacia. Então, Senhores Deputados, eleitos pelo povo, representam o povo, então estendo aqui aos 24 para que realmente se unam em prol da segurança pública do Estado de Roraima. Estamos mostrando as fotos, que falam por si só, temos um problema de ordem grave, temos que sentar e debatê-lo com tranqüilidade, visando mudar essa triste realidade. Hoje, o Policial Civil, na delegacia, em sua atividade de ponta sente o peso da responsabilidade porque o nosso problema na polícia civil é de gestão, porque aos problemas que eu citei acrescenta-se a situação de muitos policiais em desvio de função porque estão exercendo atividade e outro meio, enquanto deveriam estar nas ruas para segurança da sociedade. Os agentes carcerários que estão aqui também estão pedindo socorro há muito tempo. Eles não têm como, através de um quantitativo reduzido, cuidar da enorme quantidade de presos no sistema prisional. No ano passado, o executivo firmou convênio com TJ se comprometendo a criar até o final de 2011 mais 1256 vagas no sistema, onde não tem mais como colocar mais alguém, sem falar também, e aproveito para registrar que a SEJUC nomeou recentemente o novo diretor da penitenciária agrícola, que em tese, pela análise que nós fizemos no SINDPOL, o referido Senhor não preenche os requisitos da lei de execução penal.

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** – Senhor Presidente, a associação dos policiais, conforme cronometrei, falou cinco minutos, eu gostaria que o Senhor estendesse mais cinco minutos ao sindicato dos policiais civis.

O Senhor Presidente (**Coronel Chagas**) – Concedo mais dois minutos para que o Senhor faça suas conclusões.

O Senhor **José Nilton Pereira da Silva** - Presidente do Sindicato dos Policiais Civis do Estado de Roraima – SINDPOL. Continua. – Então, eu quero que fique registrado que esse cidadão não preenche os requisitos da lei de execução penal tampouco a lei nº 317 que criou a SEJUC. Então, senhoras e senhores, é preciso que se tomem medidas urgentes para evitar se ultrapasse o fundo do poço, porque no fundo do poço nós já estamos. Então, a Polícia Civil pede socorro. Muito obrigado e bom-dia a todos.

O Senhor Presidente do Sindicato dos Servidores do departamento Estadual de Trânsito (**Emerson Barden**) – Bom-dia a todos, agradeço o convite do Deputado **Sampaio**. Hoje, todos são conhecedores que a frota de veículos no estado aumentou bruscamente, e também a preocupação do DETRAN, com a segurança em termo de acidentes. Estamos com o projeto “Salvando Vidas”, onde está havendo uma integração entre todas as Secretarias de Segurança, e isso está apresentando resultado bastante satisfatório, até em rede nacional. Houve uma redução no número de acidentes, saímos daquela escala de um dos primeiros em número de acidentes no país, estamos muito abaixo. Isso é positivo para o nosso Estado. Entretanto peço aos Senhores Deputados, com relação à segurança pública voltada para a área de trânsito, onde também temos que nos preocupar como fiscalização eletrônica, que viabilizará a questão do tráfego que está crescendo, evitar que daqui a alguns dias haja engarrafamentos como acontece em outros centros.

Agradecer a todos os Senhores Deputados solicito que concentrem maior preocupação ao fato do aumento no número de veículos, visando implantar junto a essas campanhas tecnologias, como: pardais, elevações eletrônicas para a redução de acidentes e, assim, salvar mais vidas. E, ainda, reduzir gastos do Estado com vítimas de acidentes de trânsito. Muito obrigado.

A Senhora Representantes, das vítimas na área empresarial (**Brenda Rodrigues Cabral**) – Bom dia a todos, Senhoras e Senhores Deputados, eu sou da área empresarial, tenho um supermercado na zona leste da cidade, no dia 5 de fevereiro minha família e eu fomos rendidos por 5 meliantes que adentraram o nosso comércio e nos mantiveram como reféns. Essa situação foi a primeira que aconteceu e foi a pior, diante de conversa com colegas, também vítimas de assalto. Após um dia de trabalho, você chegar em casa e ser rendido por cinco bandidos com revólveres ameaçando a sua família, é horrível. É diferente de você estar no seu local de trabalho, e um bandido chega e anuncia um assalto, levando o que você tem na hora. A minha família foi mantida por trinta minutos como refém, foi uma sensação horrível. Durante o assalto, eu acionei o 190 da polícia por cinco vezes, mas ninguém atendeu. Quando os bandidos saíram da minha casa, nos deixaram presos dentro de um compartimento, foi preciso eu ligar para uma conhecida para ela acionar a polícia, que chegou depois de vinte minutos. Fui registrar a ocorrência desse primeiro

assalto que ocorreu em fevereiro, até hoje não obtive resposta nenhuma.

Depois de duas semanas, nós sofremos um arrombamento no supermercado. A gente até não achou ruim pelo fato de não ter acontecido a mesma coisa do assalto anterior. Por volta de seis horas da manhã, acordamos com uma vizinha nossa informando do arrombamento. Chegamos ao local, onde haviam quebrado o vidro, e levaram tudo o que tinha. Eu fui à delegacia registrar ocorrência, terminei de registrá-la por volta de 6:30, sendo que os peritos só foram chegar ao local por volta das 10:30.

Então, peço segurança ao Estado e entendo a atitude por parte os policiais, porque se percebem as condições no 4º DP, onde os policiais trabalham desmotivados, pois nem mesmo água eles têm. Eu já cheguei a ajudar todos eles que estão ali trabalhando. Então, estou aqui a pedir ao Secretário de Segurança que faça alguma coisa por eles, que necessitam de um ambiente melhor de trabalho. Nós precisamos deles para conter essa onda de insegurança. Da forma como está hoje, nos encontramos totalmente inseguros. Muito obrigado.

O Senhor Representante do SINDIFARMA (**Edilberto Veras**) – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, quero saudar a todos em nome do Deputado **Brito**. Gostaria de estar aqui para discutir sobre a geração de emprego e renda, fortalecimento do nosso Estado e talvez de uma reforma tributária, tão necessária. Infelizmente, também sou vítima constantemente de assaltos, hoje. É um momento em que nós empreendedores nos sentimos órfãos de segurança no nosso estado. Mas, entendemos também ser reflexo de uma má gestão ou de falta de investimentos nesse segmento. Outro dia liguei para polícia, e no mesmo momento tive a honra de ouvir o próprio Secretário que esteve lá comigo. Logo após esteve comigo, chegou a Polícia Militar e depois a Polícia Civil, em breve conversa falei para ele que fui assaltado só dezoito vezes durante a minha vida como empresário. O último foi o que aconteceu agora, com o sequestro do meu filho de quem levaram tudo, e até agora não obtivemos resposta nenhuma. Gostaríamos e propomos às autoridades, junto à sociedade em geral uma união em torno da questão para começarmos a debater um projeto de segurança pública para o nosso Estado, pois, hoje, se percebe que não existe. Muitas vezes se nota que algumas lideranças embora tenham boa vontade em fazer acontecer, mas, não conseguem. Fico decepcionado quando se chega a uma delegacia sem uma estrutura para receber um cidadão. E uma vergonha, nós que pagamos impostos temos esse direito. Na hora em que a minha mercadoria passa no Jundiá, tenho que pagar o meu imposto antecipado para que eu possa fazer a minha venda. Quer dizer nós não temos o básico na segurança, pois trabalhamos amedrontados. Ouviu-se também de criarmos a segurança particular, até que nós temos condições, mas é um perigo, meus irmãos. Isso tem que vir do Governo, porque nós pagamos no ano passado mais de quatrocentos milhões de reais só de impostos, foi a maior arrecadação em média de todo o Brasil. Então, é preciso ter essa consciência, como gestor público, de que está um caos não somente na segurança, mas na educação e na saúde. Quero agradecer a todos e nos colocarmos à disposição para contribuir. Muito obrigado.

O Senhor Representante da Associação dos Policiais Militares do Ex-território Federal de Roraima – Bom-dia Senhoras e Senhores, todos os presentes, a Mesa Diretora, na pessoa do Coronel **Chagas**, Deputado **Chicão da Silveira** saúdo a todos. Senhores, com certeza nós temos problemas na área de segurança da qual fazemos parte. É muito fácil para os segmentos envolvidos tanto da atuação na segurança como dos empresários que necessitam de segurança vir aqui e apontar o dedo e discorrer um rol de mazelas. Eu poderia estar nesse meio e fazer isso também, mas não acho que seria interessante. Mas, conclamo a todos os envolvidos: as categorias de classe, policiais militares, policiais civis, guardas municipais, para, através de reunião apresentar propostas para solucionar os nossos problemas. Eu convido a todos que aqui discorreram um rol de mazelas que sentem com a gente e vamos apresentar a esta Casa propostas para solucionar os nossos problemas. E aí eu creio que estaremos colaborando muito mais do que só apontar o dedo e discorrer sobre as mazelas. Muito obrigado.

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** - Senhor Presidente, contando com a vossa generosidade, temos aqui uma categoria da segurança pública, presente, também, representante dos Delegados, ao qual, gostaria que Vossa Excelência concedesse três minutos para ouvi-lo.

O Senhor Presidente (**Coronel Chagas**) - Bem lembrado, Senhor Deputado, iremos ouvi-lo.

Convidamos para fazer uso da palavra o Senhor Representante dos Bacharéis em Segurança Pública, formado inicialmente pela Academia de Polícia Integrada e depois pela Universidade Estadual,

Senhor **Antônio Dantas da Silva Junior**.

Senhor Representantes dos Bacharéis em Segurança Pública (**Antônio Dantas da Silva Junior**) – Bom-dia a todos, em função do tempo, vamos direto ao ponto. Estamos aqui hoje para apresentar uma classe de profissionais que não tem mercado de trabalho legalmente definido. O Estado está formando profissionais em segurança pública, embora com qualificação para atuar, mas não insere não os aproveita. Temos colegas que, hoje, estão trabalhando como atendentes em lojas, trabalhando em marcenarias, sendo pescadores. Isso é inadmissível, em meio à crise na segurança pública, onde temos os profissionais adequados para trabalhar em segurança pública dentro do sistema carcerário, dentro das polícias, dentro das delegacias onde todos nós estagiamos. E, também, no sistema de trânsito, ou seja, dentro de toda a estrutura de segurança pública. Nós temos qualificação e estamos, pedindo nesta oportunidade que esta Casa reveja a situação da classe e, então, aproveite esses profissionais adequadamente. Eu faço o pedido de criação de cargos dentro da estrutura de segurança pública e a pontuação em concurso público: como títulos, por exemplo. Ao perguntar a um chefe de viatura da Polícia Militar qual seria uma escolha adequada para o patrulhamento entre um policial recém-formado que só tem ensino médio, e uma pessoa que tem também bacharelado em segurança pública. A resposta é lógica.

Gostaria de citar mais um exemplo. Não vou citar a instituição, mas, há duas semanas atrás, ocorreu um fato, onde um agente de segurança pública, ao atender uma ocorrência criminal que estava acontecendo em flagrante delito, o cidadão virou para ele e disse: você só entra na minha residência com mandado. O agente de segurança parou e ficou na rua conversando e não agiu. Mas, essa situação de fato aconteceu e denota, de certa forma, o despreparo dos nossos agentes, enquanto nós temos profissionais adequados que estudaram estrutura e formação do estado, direito penal, processual, investigação criminal, segurança no trânsito e muitas outras coisas. Agradeço ao deputado **Sampaio** e ao Deputado **Brito** pela oportunidade.

O Senhor Representante do Sindicato dos Delegados da Polícia Civil do Estado de Roraima (**Walmir**) – Bom-dia a todos os presentes em nome do **Coronel Chagas**, cumprimento todos os membros da Mesa; Bom dia ao deputado **Sampaio**, em nome de quem, eu cumprimento aos demais Deputados e as autoridades presentes. Eu poderia aqui, mais uma vez, fazer uma defesa, até porque represento quem comanda a Polícia Civil, mas, diante das imagens e dos fatos apresentados, fica difícil. Eu ouvi aqui uma das vítimas dizerem que reconhecia a deficiência da Polícia Civil, e essa responsabilidade eu devo repassar a todos os outros órgãos, embora haja uma carência muito grande de pessoal, uma boa parte desse pessoal está à disposição, inclusive, aqui nesta própria Casa de leis, que deveria estar nas ruas tentando solucionar esses crimes que tanto vem vitimando cidadãos de Boa Vista. Posso citar, como exemplo, eu sou plantonista há dois anos. No meu último plantão de madrugada fomos informados sobre familiares que perderam um ente querido e permaneceram na delegacia aguardando por muito tempo para que o corpo fosse removido, e infelizmente eu teria que justificar a esses familiares, que não havia um veículo no IML para fazer esse transporte. Tivemos que contar com a colaboração do Corpo de Bombeiros que disponibilizou um veículo. Na mesma noite houve um homicídio e, para atender a ocorrência, ficamos um período bem longo aguardando a chegada dos peritos criminais que com certeza não conseguiram chegar logo, devido às dificuldades encontradas. E mais uma vez aguardando a chegada dos peritos e posteriormente a remoção do cadáver, tivemos que presenciar a remoção da família desmaiando, revoltados por terem que esperar tanto tempo sem poder remover o corpo do seu ente querido daquele local. Como eu vou defender uma situação com essa? Nós temos que contar com a colaboração de todos os órgãos, inclusive, desta Casa, uma vez que os policiais que aqui estão à disposição poderiam estar nos ajudando nas ruas a solucionar esses casos. Muito obrigado.

O Senhor Deputado **Brito** pede uma Questão de Ordem. Senhor Presidente, gostaria que fosse dada a oportunidade de falar ao Senhor **Faradilson** que representa a Associação de Moradores.

O Senhor Presidente (**Coronel Chagas**) - Se os Senhores Deputados estiverem de acordo com a proposição do Senhor Deputado, permaneçam como estão. Aprovado. Neste momento passamos a palavra ao Senhor Presidente da FAMER e, como tal, representa a Associação de Moradores da Capital que tem um papel fundamental na área de segurança pública quando se fala em polícia comunitária. Daí que tomamos a decisão de submeter ao Plenário, mas vejo que os senhores Deputados estão favoráveis à manifestação do Senhor **Faradilson** ao qual eu concedo a palavra pelo tempo regulamentar de

três minutos.

O Senhor Presidente da Federação das Associações de Moradores do Estado (**Faradilson Reis de Mesquita**) – Senhor Presidente, deputado **Brito**, Deputado **Sampaio**, Senhoras e Senhores, distinta platéia.

Eu não poderia deixar de citar **Zé Ramalho** quando ele falava do povo e dizia: To vendo tudo! To vendo tudo! Mas, fico calado, faz de conta que todo mundo. Mas, estou vendo tudo.

Talvez os debates aqui, se dêem justamente para discutir um dos três segmentos que são os pilares da gestão pública de um país: a educação, a saúde e a segurança. E sabe-se que quando há falha na política administrativa ou quando se desviam recursos da saúde culmina na morte das pessoas, também quando a segurança pública é ineficiente a população paga com a vida. As associações de moradores, em vários momentos quando o então, Secretário de Segurança, Pública **Coronel Chagas**, fez muitas parcerias para discutirmos a política da polícia comunitária e o papel da sociedade na segurança pública. Discutimos também com o Comando da PM, mas, no tocante às demandas e discussão aqui sobre segurança pública, é importante levantar alguns fatos que segundo me parece, passaram despercebidos: Primeiro, há 75 Delegados na segurança pública do Estado de Roraima, nos Municípios, como Alto Alegre, que não tem um Delegado titular. A segurança pública também proporciona cidadania, mas a população ficou por mais de dois meses sem tirar a carteira de identidade, documento fundamental para exercer a cidadania. Eu atribuo a ausência desse serviço à capacidade de gestão da Secretaria de Segurança Pública que não poderia permitir que faltasse esse serviço à nossa população.

A outra questão que se questionou muito nos debates era a dos combustíveis para viabilizar às viaturas fazer o trabalho de segurança pública. Eu tenho uma pergunta ao Secretário **Eliéser Monteiro** a respeito do secretário Adjunto que é Delegado da Polícia Federal, se de fato o estado o remunera com salário referente ao de Secretário, e se o mesmo acumula as duas remunerações? Se assim for, o Estado de Roraima está pagando apenas para um Secretário Adjunto trezentos e cinquenta mil reais por ano. Esse valor daria para comprar gasolina para as viaturas públicas de policiais nas suas atividades de segurança.

Eu teria outras observações a fazer, mas vou deixar, apenas quero saber se de fato isso ocorre, pois, a sociedade não pode pagar tão caro enquanto falta tão pouco. Eu quero dizer que, na visão da sociedade de Roraima, há ausência de uma política de recursos humanos para a Secretaria de Segurança, porque há uma política que olha com carinho os Delegados, mas há uma política que olha de forma não generosa, outras categorias profissionais.

Gostaria de deixar uma proposta para que o Governo, através de um esforço, estender a cada unidade prisional oportunidade, também, torna-se uma unidade educacional. O ideal seria levar educação, porque o índice em qualquer das unidades prisionais não é equivalente ao nível de escolaridade do nosso País. Aos que estão na prisão, o Estado faltou com a educação sem lhes proporcionar oportunidade para uma vida melhor com raríssimas exceções. Nesta nossa participação, agradeço aos Deputados que aqui se manifestaram muito obrigado.

O Senhor Presidente (**Coronel Chagas**) – Passaremos, agora, a palavra para os nobres parlamentares que se inscreveram para os questionamentos, colocações, às autoridades de acordo com o cronograma que foi apresentado.

A Senhora Deputada **Aurelina Medeiros** pede uma Questão de Ordem – Senhor Presidente, como é de praxe em todas as audiências realizadas aqui, primeiro a gente teria que ouvir as autoridades em segurança para conhecermos o posicionamento deles. E daí, termos uma posição até para fazer sugestões.

O Senhor Deputado **Rodrigo Jucá** pede uma Questão de Ordem – Senhor Presidente, eu apoio a proposta da Deputada **Aurelina**, entendo que é mais prudente ouvirmos as autoridades, até para que possamos tirar as dúvidas que ficarem porventura omissas na explanação que, com certeza, vai ser esclarecido com competência pelo Secretário.

O Senhor Presidente (**Coronel Chagas**) - Pergunto se algum Deputado se opõe ao que os Deputados colocaram?

Como não há nenhuma objeção por parte dos Senhores Deputados, chamaremos o próximo expositor.

O Senhor Promotor de Justiça da Vara da Defesa do Consumidor e da Cidadania – **Doutor Ademir Teles de Menezes**.

O Senhor Promotor de Justiça da Vara da Defesa do Consumidor e da Cidadania – **Doutor Ademir Teles de Menezes** – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, público aqui presente. Primeiramente, quero parabenizar esta casa pela realização deste

evento, também, parabéns àqueles que fazem parte da segurança Pública do Estado, por estarem resistindo à sua falência. Eu conheço bem a situação da Segurança Pública do Estado também eu fui Promotor de Segurança Pública do Estado, porque eu fui Promotor de Justiça no Sul do Estado por dois anos e quatro meses. Vivenciei com os colegas que, como eu, estavam incumbidos de combater a criminalidade no estado, em meio à deficiência, descaso, falta de condições de trabalho, falta de estrutura física, material necessários aos policiais para desempenhar bem as suas funções. A minha alegria é que a grande maioria dos policiais militares, civis e agentes carcerários, são homens que honram o seu trabalho e que abraçaram essa causa de verdade e que a defendem, até mesmo colocando em risco as suas vidas. São homens que, às vezes, sozinhos, desarmados, como eu presenciei em Rorainópolis, saem para fazer uma diligência policial para combater um crime. A voz do povo é a voz de Deus, Senhores Deputados. A voz do povo, aqui, hoje, pede socorro. Aliás, grita por socorro. Nós temos condições de reverter à situação, pois temos homens valorosos, pessoas preparadas e que querem bem a segurança pública do Estado. Então, é necessário tomarmos providências para que isso ocorra com efetividade, não no discurso apenas. Eu não acredito Senhores Deputados, população presente, em Segurança Pública em que a Delegacia de polícia fecha uma e meia da tarde, como se não fosse um serviço público essencial. Imaginem os Senhores Deputados o interior deste Estado onde, quando tem uma delegacia e polícia e um delegado, fecha a uma e meia, deixando a população totalmente desamparada. Às vezes, deixa um agente de polícia de sobreaviso ou de plantão na delegacia. Nós precisamos refletir com seriedade sobre isso. Precisamos pensar em segurança pública com seriedade. Há municípios neste Estado que não tem uma delegacia de polícia, como em Caroebe que é hoje um dos Municípios mais violentos do Sul do Estado, sem uma Delegacia de Polícia Civil, a Delegacia está em São João da Baliza. Será que o cidadão pobre, comum, tem condições de registrar uma ocorrência em São João da Baliza? Será que tem tempo de fazer uma repressão criminal, quando o crime ocorre em Caroebe, mas a delegacia está em São João da Baliza? Mas não é só lá que não há delegacias, em outros Municípios também não há Delegacia de Polícia Civil. A situação é crítica, nós vemos policiais militares trabalhando sem as mínimas condições. Como Promotor de Justiça em São Luiz do Anauá, eu estive em uma festa em Caroebe com milhares de pessoas e dois PMs a pé para fazer a segurança da cidade. Que segurança é essa? A população clama por socorro. Precisamos discutir Segurança Pública, repito, com seriedade. Precisamos que os Delegados de polícia estejam trabalhando nas delegacias. Eu estive presente logo no início da gestão do atual Secretário de Segurança Pública em nome da então Procuradora Geral de Justiça, coloque a ele uma simples sugestão para que as delegacias de polícia voltassem a trabalhar o dia todo em expediente normal e, à noite, funcionasse no plantão. E, para minha surpresa, ele tinha uma informação de que não era necessário delegacia trabalhar o dia todo, porque já tinha uma estatística que demonstrava de que havia tido poucos flagrantes no Primeiro Distrito de Polícia, pouco flagrantes no Quarto Distrito de Polícia. Entretanto, a grande demanda dos Delegados não são os flagrantes, são aqueles inquéritos instaurados por portaria que precisam ser investigados e dar respostas à vítima como aquela Senhora que aqui passou. Se não há expediente, nem Delegado na Delegacia, como vamos investigar? O Ministério Público, agora, por determinação do CNJ e do CNMP fez um mutirão para resolver inquéritos que tratam de homicídios há mais de dez anos que estavam encalhados na Delegacia de Homicídios. Nós não podemos continuar com uma situação dessas, precisamos discutí-la, e também trazer à realidade sem ofensas, é a realidade. A realidade precisa ser dita e, para que a vejam, faço um convite aos Senhores Deputados que visitem essas delegacias do interior, que visitem o destacamento militar do interior. Então os Senhores verão que as fotografias aqui mostradas ao vivo confirmam as condições em que se vive e se trabalha no interior. Fizemos uma operação no ano de 2008 dentro da Penitenciária Agrícola, onde restaram 36 acusados pelas mortes de pessoas no sistema penitenciário. Pasmem os Senhores, hoje nós temos apenas dois presos, o resto, todos os cabeças do então Primeiro Comando da Maioria que era um agrupamento de organização criminosa que reinava dentro da PA, todos fugiram e fulgiram do nosso sistema de segurança, uns da DDM, outros do Comando da Polícia Militar e, outros, da própria PA. Hoje, sou um jurado de morte por essas pessoas que estão soltas do nosso sistema. Mas que segurança é essa, se eu não consigo manter preso um criminoso sequer? As condições de trabalho, Senhores Deputados, são caóticas. Faço um convite, entrem na Delegacia da Mulher de onde já foram encaminhados diversos relatórios ao Senhor

Secretário, ao Senhor Delegado Geral, sobre a situação ali, segundo perícia do próprio bombeiro, a qualquer momento vai pegar fogo e nada se faz. Quanto aos Delegados, foi por isso que os chamei de bravos homens, guerreiros, trabalham em condições que os expõe à vergonha, embora sejam autoridades públicas. Mas, não é necessário eu ficar repetindo, visitem, pois, conheçam a nossa realidade, Vossas Excelências constatarão, ao vivo, o que estou relatando. Então, eu gostaria que, através desta reunião, se aprofundassem as estratégias, medidas efetivas, e que nós tivéssemos coragem de mexer em tudo isso, o Dr. **Walmir** tenha, coragem de tirar aqueles delegados que não trabalham na Segurança Pública, bem como os agentes de polícia para que voltem a trabalhar na segurança pública, os policiais militares, idem. Que nós tenhamos delegacias em funcionamento, e funcionando bem. Pasmem, os Senhores, eu Promotor de Justiça, levei resma de papel para delegado lavrar flagrante porque o preso estava lá, e não tinha papel para lavrar o flagrante. Então, eu gostaria de, mais uma vez, incitá-los a uma reflexão, juntamente com aqueles que estão incumbidos e que são homens preparados para melhorar a Segurança, mas será necessário que tenhamos ações efetivas. Eu gostaria de, ao final, se possível, até fazer uma reflexão sobre possíveis números que aqui serão trazidos, porque números, em segurança pública, devem considerar “cifras negras” que nem são consideradas, pois não há delegacia para atender. “Cifras negras”, quer dizer crimes que não são registrados, mas não aqueles que estão registrados apenas. Fiquei pasmo, outro dia, ao ler a notícia local divulgando que a criminalidade em Boa Vista tinha diminuído, com base em que foram dadas essas informações? Basta olhar o dia-a-dia, olha! A mídia não noticia nada do que acontece. Então, nós temos coragem de mexer nisso a fundo, o Ministério Público, através da minha promotoria, preparou uma ação civil pública para, caso não seja resolvida essa questão dos funcionamentos das Delegacias, nós estamos discutindo apenas juridicamente essa situação, pedir ao Poder Judiciário que voltem a funcionar essas Delegacias durante todo o dia por ser serviço público essencial. Eu gostaria que tivéssemos outras ações, e que não fosse necessário aujizar ação nenhuma, que o Estado funcionasse como deve funcionar.

No aspecto da criminalidade, tirando Segurança Pública, é necessário também que entendamos que a criminalidade é um reflexo social, é um fenômeno social. Agora, é necessário que entendamos que essa criminalidade pode ser combatida, e nós precisamos separar as duas frentes, uma frente é a criminalidade preventiva, para evitar o crime, na preparação do cidadão, na melhora na prestação de serviços públicos essenciais, ao propiciar ao cidadão condições de cidadania efetiva. Fica aqui uma pergunta, Brasil sediará, em 2016, evento esportivo da maior grandeza mundial. Roraima preparou ou vem preparando alguns atletas? Vem disponibilizando o esporte aos meninos que estão chegando aí, e logo serão adultos? Nós não disponibilizamos nada disso, não fazemos a prevenção social, e sofremos com o crime lá na ponta. A outra prevenção é da presença da polícia ostensiva. Precisamos ter polícia ostensiva na rua, para que o delinquente não cometa crime. Precisamos refletir sobre tudo isso. Repito, estamos vivendo uma situação crítica. Na minha promotoria chegam as reclamações, também aqui, para os Senhores, representantes do povo, chegou essa realidade. Espero que, daqui, saíamos com sugestões, políticas efetivas, como essa que eu sugiro, a volta do trabalho nas delegacias, e quem sabe um repensar, a instalação de Delegacias nos Municípios do interior. Fica a sugestão inicial. Obrigado!

O Senhor Presidente (**Chicão da Silveira**) – Registro a presença do Delegado **Uziel de Castro Júnior**.

O Senhor Coronel Walney Raimundo Viera Filho – Secretário de Justiça e Cidadania- Bom dia, Senhores, Senhores policiais militares e civis, Bombeiros, ex policiais, Agentes carcerários, Senhores Delegados e civis. Quero falar um pouco da minha pasta e do diagnóstico que foi feito e informar para os Senhores que assumimos a Secretaria no dia dezessete de novembro do ano passado, portanto, pouco mais de quatro meses, e inicialmente fizemos um diagnóstico de como estava a SEJUC, o qual passo para vocês. SEJUC tem quatro Departamentos e uma Corregedoria. O Departamento de Justiça e Direitos Humanos e Cidadania trabalham ligados diretamente com seis Ministérios do nosso País. Na realidade três Ministérios e três Secretarias especiais da Presidência da República, Secretaria de Igualdade Racial, Secretaria de Defesa da Mulher; Secretaria de Direitos Humanos, Ministério da Justiça, Ministério dos Esportes, Ministério da Educação e Ministério da Saúde. Então vejam vocês, a magnitude do trabalho realizado por somente um departamento da SEJUC. Nós temos o departamento de defesa do consumidor, é um departamento, e não uma delegacia, porque ele se encontra instalado dentro da estrutura da

SEJUC. Em relação ao departamento de defesa do consumidor, nós já marcamos para o dia 14 de abril uma reunião com todos os prefeitos que desejarem instalar os PROCONS nos municípios. Em resposta à pergunta do nobre Promotor **Ademir Teles**, nós, apesar de pouco tempo na SEJUC, estamos atentos a todos os departamentos que fazem parte da nossa Secretaria.

Nós temos um DEPLAF que funciona sem estrutura ideal, com cargos comissionados, é o que vem dificultando um pouco o nosso trabalho. Estamos trabalhando no organograma no quadro efetivo da SEJUC com o aval do nosso Governador **José de Anchieta** para que essa proposta venha trazer condições melhores de trabalho para atividade meio da Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania e o DESIP. Realmente é o principal problema da nossa Secretaria, mas, conforme o diagnóstico verificamos que, para os três outros departamentos funcionarem também a corregedoria, nós estaremos minimizando os problemas do DESIP. Logo após esse diagnóstico, iniciamos um trabalho com algumas propostas, algumas intervenções para diminuir quantidade de fugas, através do trabalho em conjunto com a Polícia Militar. É como os Senhores e Senhoras sabem, toda vez que se mexe em determinada departamento, nós temos uma quebra de paradigmas e essa quebra termina por causar uma reação. Dos quatro meses à frente da SEJUC, passamos três meses sem fugas, a imprensa não notificou isso aí. No momento em que nós tivemos uma crise, de imediato, o comando da polícia foi acionado, nós redimensionamos o policiamento, mesmo com o efetivo reduzido que temos de agentes carcerários e de polícias militares, mas redimensionamos o policiamento, levamos o serviço voluntário para lá os policiais militares reforçaram as muralhas. Estamos novamente, embora no período curto, mas um novo período sem fugas. Esperamos que, quanto as 300 vagas, isso aí eu respondo ao pedido de socorro dos meus agentes carcerários. O Governador já autorizou concurso público para 300 agentes penitenciários. Estamos trabalhando com a SEGAD, SEPLAN, PROGE, para realização desse concurso ainda no primeiro semestre deste ano. Então, essas 300 vagas, após o curso de formação, com certeza, nós teremos condições de dar um melhor trabalho à vigilância interna do sistema penitenciário, enfim uma resposta à sociedade com os serviços prestados pela SEJUC.

Respondo ao colega que falou sobre os 200 agentes penitenciários que foram penitenciários do Estado, lembro, pois estou aqui há 24 anos, sou policial militar 21, oficial da Polícia Militar 21, e passei 04 anos no Exército Brasileiro. Então, tentou-se de todas as formas absorverem essa categoria como quadro em extinção, mas não foi possível. Políticos de renome nacional trabalharam em prol do reconhecimento do enquadramento dos Senhores, e nós verificamos que, quando foi dada a questão do concurso público obrigatório, não foi possível enquadrá-los, mas houve concurso em 2004, e teremos novamente este ano. Então, eu concito todos a se preparem. Tenham certeza, o serviço que os senhores prestaram para a SEJUC, no momento em que foram agentes penitenciários, foi de grande valia para o nosso Estado. Teremos boa vontade em recebê-los, e estaremos de braços abertos para isso, desde que os senhores estejam aprovados no concurso público.

Com relação ao Tenente **Germano**...

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Secretário concedo mais dois minutos para suas conclusões.

O Senhor Coronel Walney Raimundo Viera Filho – Secretário de Justiça e Cidadania- Ok, fui indagado algumas vezes e estou respondendo as perguntas.

A legislação brasileira fala quem pode mais e quem pode menos. Então, um oficial das Forças Armadas foi convocado para nos auxiliar naquele serviço por ter mais de 10 anos de trabalho prestado aos Estados de Roraima e do Amazonas no sistema prisional e, como existe na legislação a previsão de oficial da Polícia Militar, o oficial do Exército também estaria habilitado, no nosso entendimento.

Com relação, senhor **Faradilson**, à educação nas unidades prisionais, nós temos hoje cerca de 1000 reeducando na penitenciária agrícola de Monte Cristo e destes, mais de 300 estão estudando dentro da penitenciária. Temos a escola Antônio Ferreira de Souza instalada por gestões anteriores a minha, e esse crédito nós temos que dar para eles que vem funcionando de forma efetiva e eficaz. Os senhores, que acompanham o jornal, devem ter visto no final do ano passado que, mais de 30 reeducandos concluíram o ensino médio e, destes, 17 prestaram vestibular para a universidade federal e faculdade estadual. Então, isso demonstra a preocupação da SEJUC com a educação, também a câmara dos Deputados aprovou, com modificação, em Brasília, que 12 horas de estudo sejam utilizadas para um dia de remissão

das penas. Então, isso aí com certeza vai incentivar ainda mais os nossos reeducandos, a estudarem. Nós temos trabalho que está sendo realizado com a EMBRAPA, CEAPA, com o sistema AS para o ensino profissionalizante, com o sistema de formação profissional do Estado. Estamos de portas abertas para todas as pessoas que queiram oferecer oportunidades para os nossos reeducandos que estão em regime aberto ou semiaberto para que possam trabalhar e que possamos juntos buscar soluções para a segurança pública do nosso Estado. Muito obrigado, e bom dia.

O Senhor Deputado **Mecias de Jesus** – Senhor Presidente, não obstante de ter votado para que todos os Deputados falassem depois das autoridades, mas, como é de conhecimento de Vossa Excelência, devo viajar daqui a pouco, se Vossa Excelência me permitir, gostaria de fazer algumas considerações ante as demais autoridades, para que eu possa me retirar do plenário.

O Senhor Presidente (**Coronel Chagas**) – Pergunto, se entre os nobres parlamentares, alguém se opõe à proposição do Deputado **Mecias de Jesus**?

Não havendo quem se oponha, concedo a palavra ao Deputado **Mecias**.

O Senhor Deputado (**Mecias de Jesus**) - Senhor Presidente, gostaria de parabenizar os nossos bravos representantes que, desta tribuna, expuseram a verdadeira segurança pública do nosso Estado, sem favor, sem medo, sem vergonha de defender a nossa sociedade. Gostaria de dizer que fiquei muito feliz pelas colocações do Doutor **Ademir**, representante do Ministério Público Federal, porém lamentavelmente o fato de estarmos na Casa do povo, onde se votam leis, onde se aprova o orçamento do Governo do Estado, um Promotor de Justiça na área de segurança pública vem pedir socorro. Os Deputados convidaram as autoridades em segurança do nosso Estado, foi para pedir socorro, para perguntar onde e o que está sendo feito com os recursos destinados à Segurança Pública do nosso Estado. O que está sendo feito com isso? Nós lamentamos muito, mas eu quero deixar bem claro, que não é apenas na segurança pública que está esse problema. Também, na Secretaria de Educação, onde há pouco tempo, um empresário foi buscar o material hospitalar que ele forneceu, mas, há 06 meses, que não recebeu. A biblioteca pública do Estado e Educação também é segurança pública, porque, se não tem educação, não tem sala de aula, não têm emprego, não têm saúde as pessoas vão se tornar marginais. A biblioteca pública está fechada desde novembro, porque os ar-condicionados não funcionam. Há poucos dias estive em São João da Baliza, e como diz o Doutor Ademir, é a única delegacia que funciona para o Município de Baliza, São Luiz do Anauá e Caroebe, é a de Baliza, mas há um delegado, isso quando o encontra na cidade, e dois agentes. A polícia militar conta com três policiais andando a pé, sem a menor condição de oferecer segurança pública ao cidadão. Portanto, Senhor Presidente, quero fazer um apelo às autoridades em segurança, aqui presentes, até porque sei que são pessoas que têm compromisso com o Estado, competentes, sabem fazer, e eu peço pelo amor de Deus, pelo povo que está nos bairros, pelas pessoas sem condições de pagar segurança, é lamentável ouvir o senhor **Edilberto** dizer aqui que mais 400 milhões foram pagos de impostos, e ele já foi assaltado 18 vezes, aí o que fazer, para que pedir? Um dia desses, um empresário disse que ligou para o governador, que respondeu que não saber mais o que fazer. Ora, se o governador não sabe o que fazer, você imagina o povo que mora na periferia da nossa cidade, aqueles que não tem para quem reclamar. E o que está sendo feito com os dois bilhões de reais de orçamento no Governo do Estado. Não vou culpar nenhuma autoridade de segurança, até porque tenho muito respeito por todos os senhores cumprimentar a todos em nome do General **Monteiro**, um homem sério e de bem. Mas quero dizer que segurança pública não se faz apenas distribuindo computadores, segurança se faz com viaturas, com homens bem pagos, com gasolina. Segurança pública se faz também fazendo a promoção devida dos delegados, a promoção dos policiais civis, com estímulo aos homens que vão para rua, porque são eles que de fato fazem a garantia de segurança do cidadão do Estado de Roraima. Não vejo ninguém dizer, as pessoas não têm que vir aqui apontar as mazelas, se não foi para apontar as mazelas, então foi para quê? Para elogiar? Para elogiar, é só assistir televisão que está cheia de propaganda maravilhosa do Governo do Estado, até parece que não é em Roraima, tenho certeza que a propaganda não é para Roraima.

Então, é aqui o lugar de dizer, de reclamar, porque além de estar na casa do povo, nós estamos falando para as autoridades que podem fazer melhorar a segurança pública do Estado.

O governo não paga o vale alimentação, o pró custeio, os programas sociais acabaram, não há emprego, não tem polícia, não há

estrutura para a polícia trabalhar, porque o que está prejudicando a segurança pública do nosso Estado não são os polícias que estão a disposição dos órgãos do Poder legislativo, do Executivo, do Tribunal de Justiça. O que está faltando é gasolina para as viaturas, carros e, sobretudo condições dignas de trabalho para que as polícias militares e civis possam ir para as ruas. Muito obrigado Senhor Presidente.

O Senhor Comandante da Polícia Militar **Gleison Vítório da Silva** – Bom dia a todos. Gostaria de cumprimentar aqui o Excelentíssimo Senhor **Coronel Chagas**, Presidente da Mesa e, em nome do General **Monteiro**, o Secretário de Segurança Pública, toda a mesa aqui presente, os Senhores Deputados, as senhoras e os senhores oficiais da Polícia Militar e os policiais civis.

A missão da Polícia Militar é executar, com exclusividade, o policiamento ostensivo a fim de assegurar o cumprimento da lei, a preservação da ordem pública, o exercício do poder constituído.

A Polícia Militar hoje, em seu quadro organizacional, possui 3000 policiais militares e 1500 destes, 50% do efetivo, está na nossa legislação. Desses 1500 policiais militares, temos 549 no quadro federal e 953 no quadro estadual, sendo que dos 953, 212 são polícias femininas. Sabemos das nossas dificuldades, e ao falar de efetivo, posso afirmar, pois já estou na polícia militar há mais de 20 anos, que depois que entrei lá, só entraram na corporação 953 policiais, isso em 20 anos de história. Falando com o Senhor Governador sobre o concurso público, fizemos um estudo e já o estamos encaminhando para a SEPLAN, para a SEGAD, porque cada 100 policiais militares custam aos cofres do Governo 3 milhões e meio de reais. Então, nós precisamos de efetivo sim, mas temos que verificar como é que está a saúde orçamentária e financeira do Estado. A Secretaria de Planejamento, já está fazendo um levantamento e vamos ver, antes de sair o edital, o que podemos oferecer à sociedade no concurso público, porque a contratação de 200 policiais militares custaria 7 milhões aos cofres públicos e, esse valor teria que ser repassado para o orçamento da polícia militar, somente para preencher apenas 200 vagas. É claro que precisamos de mais soldados da PM. Há necessidade de ofertar 1.100 vagas, mas, como eu falei, em 20 anos só entraram 900. Em 1990 a população de Roraima era de apenas 118 mil habitantes, hoje temos 450 mil, o efetivo da Polícia Militar não alterou, quando eu entrei eram 1200, hoje nós temos 1500, somente nos últimos 3 anos, 2008, 2009 e 2010, 200 policiais militares deixaram a corporação, foram à reserva remunerada, uns foram reformados, outros morreram e outros estão de licença. O último concurso público, em 2006, foi puxado. Na primeira turma de 2008, dos 120 soldados formados na academia de polícia integrada, 45 já foram embora em virtude de terem passado em outros concursos públicos em outras instituições. A Polícia Militar perde e continua perdendo diariamente militares, todo mês passa pela minha mesa, pela mesa do governador, policiais pedindo baixa porque passaram em outros concursos, policiais militares se aposentando e, por isso, nós temos urgência em fazer um concurso público ainda esse ano. O Governador está ciente com relação a esse ponto, já estamos com os estudos prontos sendo encaminhados para a SEPLAN e no mais tardar no segundo semestre, nós vamos lançar o edital do concurso público da Polícia Militar. Foi falado aqui no CPI – Comando do Policiamento do Interior, sobre essas dificuldades. Tenho todas estas fotos. Mandamos fotografar todos os destacamentos da Polícia Militar do interior e as casas de apoio dos policiais militares. Estamos, também, remetendo, semana que vem, um relatório à Secretaria de Infraestrutura, já fizemos um contato com o Secretário e vamos mandar um engenheiro, o que colocamos como prioridade, para fazer uma visita a cada destacamento e criar um projeto de reforma, de ampliação e até de construção destes. Temos um processo homologando, em fase de empenho, de reforma geral do quartel de São João da Baliza, englobando a construção de muro, garagem, ampliação, no valor de 280 mil reais que já devem estar sendo empenhado semana que vem. Temos dois processos em aberto, o de São Luiz do Anauá, de reforma geral e o de Mucajaí. Sabemos das dificuldades orçamentárias do Governo, mas estamos trabalhando, aos poucos, para que o policial militar do interior tenha mais conforto, tenha um local digno para trabalhar. Sabemos que os índices de violência na cidade não são aceitáveis, que a maioria dos assaltos ocorridos tem forte ligação com o tráfico e o uso de drogas que há uma forte ligação das pessoas que executam os assaltos já terem passado pelo sistema Penitenciário. Nossa população aumentou, as famílias estão se desestruturando e isso tudo, contribui para o aumento do índice da violência. A Polícia Militar, no mês de abril, estará lançando três ou quatro operações de combate a esses crimes. Nós já temos o levantamento dos bairros com maior índice de criminalidade, começando pelo Senador Hélio Campos e Doutor Sílvio

Leite. Vamos intensificar o policiamento, usar todo o poder operacional que o Comando do Policiamento da Capital tem, o BOP, a SEPTUR, a nossa Cavalaria, os Primeiro e Segundo Batalhões, o Serviço de Inteligência, vamos massificar o policiamento ostensivo nesses bairros, a partir de primeiro de abril, realizar uma operação que terá o nome de retomada. Iremos retomar a paz na cidade. Quando baixarmos os índices de criminalidade desses bairros, vamos para outro e, assim, sucessivamente. Temos um problema sério de assaltos à mão armada praticadas por elementos usando motos, mas, também, temos para ser lançada no mês de abril, uma operação de combate a esse crime, agindo em cima dos condutores de motocicleta. Temos o problema do craque que chegou a Boa Vista, uma droga violenta e perigosíssima, e colocaremos em prática uma operação planejada agora em abril, pelo Comando de Policiamento da Capital, fora o reforço na Penitenciária Agrícola, na guarda externa onde já colocamos mais duas guaritas durante o dia. O policiamento escolar também ganhará reforço. Todas essas operações estarão sendo lançadas agora em abril, fora as 24 operações que a Polícia Militar tem planejado que serão executadas durante o ano, durante os finais de semana e durante as datas comemorativas como, por exemplo, a Operação Santa Claus que foi realizada em 20 dias, no mês de dezembro, no período natalino. Com essa operação, nós conseguimos baixar os índices de criminalidade, praticamente, a quase zero, usamos todo o nosso potencial ofensivo na rua e isso prova que as operações dão certo. Hoje, há 500 policiais militares que não estão sob meu comando, estão nas assessorias militares da Assembleia Legislativa, do Tribunal de Justiça, da Casa Militar, do Ministério Público e outros a disposição da Junta de Inspeção de Saúde. São várias as licenças e os afastamentos legais que não nos permitem contar com esses policiais militares na rua. Então, o nosso efetivo está defasado, mas a Polícia Militar está presente nos 14 Municípios do interior do Estado e em mais 14 Vilas do interior. A polícia Militar é um dos únicos braços do Governo que está presente em 90% dessas comunidades, temos viaturas, moto e carros, somente nesses dozes meses, pois tenho apenas um ano de comando e recebemos um investimento de aproximadamente, dois milhões de reais e, em um ano, recebemos 42 viaturas novas, 1.020 coletes balísticos, vários equipamentos de proteção individual dentro dos coletes como: capacetes, escudos, armamentos e outros que nos deixam fortemente aparelhados. Temos viaturas, armamentos de proteção individual e munição suficiente. Todo Policial militar, hoje, tem o seu equipamento. Para finalizar, Senhor Presidente, hoje, a Polícia Militar é uma das Secretarias do Estado que não tem servidores civis, pois os servidores que existem são emprestados de outras secretarias a única que não tem servidores em cargos comissionados. O Comandante de um grande comando, que é o Comando de Policiamento da Capital, o Comando de Policiamento do Interior, os oficiais, os comandantes de unidade, nenhum recebe um centavo de gratificação. Todas as secretarias têm seu quadro de servidores civis, seu quadro de cargos comissionados, que ajudam muito. Hoje eu poderia tirar 300 policiais da Administração e colocar na rua, mas quem irá fazer o serviço administrativo? Existe um projeto que já está na Assembleia Legislativa há três, quatro, cinco anos, que cria cargos comissionados da Polícia Militar e cargos comissionados para os oficiais. Hoje, um Delegado de Polícia, titular de uma Delegacia, ganha R\$ 1.000,00, de gratificação, o meu Comandante do Segundo batalhão, na área do Pintolândia que cobre toda aquela região, não ganha nada, nenhum centavo, só o seu salário e isso desmotiva os oficiais. A polícia Militar está baseada na hierarquia e na disciplina. Os meus oficiais os meus policiais militares trabalham e respeitam ao comando, respeitam a disciplina, respeitam a hierarquia, mas, seria uma ótima motivação para eles trabalharem com uma gratificação, mesmo que seja mínima, para motivá-los. Muito obrigado.

O Senhor Delegado Geral da Polícia Civil **Eduardo Wainer** – Em nome do Senhor Presidente, saúdo aos demais presentes. A Polícia Civil conseguiu a sua autonomia financeira e orçamentária a partir da Emenda nº 24, e, só em janeiro deste ano é que nós conseguimos, precariamente, começar, realmente, a gerir esse orçamento. Digo isso, Senhor Presidente, porque existe um projeto da unidade gestora pendente nesta Casa para ser apreciado e votado, que é de extrema importância para podermos gerir esse orçamento tão importante. Convido aqui de antemão, já que foi levantado, todos os presentes para comparecerem a inauguração da nova sede provisória da Delegacia da Mulher, haja vista que, o processo de licitação já foi aberto e nós estamos esperando a conclusão para começar a construção de uma nova sede, porque o antigo prédio não aguenta mais a demanda da atividade policial. Com relação ao que foi dito aqui, as imagens por si só já demonstram a situação em que a segurança pública se encontra,

principalmente quando se trata de manutenção da nossa frota. Hoje temos um empecilho grande, pois, os nossos fornecedores não têm materiais para a troca de peças como foi dado o exemplo aqui, pelo Delegado **Walmir**, com relação à questão dos veículos do IML. Temos a frota e não temos a reposição de peças, e quando há quebras, fica muito difícil, pois, os carros adquiridos através de convênios demoram a ter suas reposições de peças. Com relação ao que foi levantado aqui sobre as nossas delegacias, os Distritos Policiais não fecham a partir de uma e meia, a nossa determinação é que sempre tenhamos um delegado pela manhã e outro à tarde para, justamente, tentarmos conseguir, com a maior brevidade possível, a elucidação de qualquer crime. Em relação a outro ponto levantado aqui pelo nosso novo Delegado, sobre os policiais cedidos para outras instituições, nós temos essa preocupação, pois vemos a crescente onda de criminalidade e as estatísticas e, por isso, solicitamos a cada órgão a devolução dos servidores. Voltando ao orçamento, nossa gestão sempre foi aberta para que todos os representantes da nossa classe de polícia civil tenham reunião conosco para que resolvamos várias pendências administrativas, as quais eles elencaram e tentamos resolver. Estamos também, como foi mostrado aqui, com relação à questão do depósito de material apreendido, apresentando ao Governo um local, que faz parte de outra Secretaria, para que possamos ter um depósito central desses materiais e os tirarmos das Delegacias, visando, além da visibilidade, um melhor desenvolvimento de trabalho. A nossa administração tem a preocupação de melhorar sempre o Governo do Estado, a promoção que sempre foi um papel preponderante levantado em todas as Polícias Civis está sendo acompanhada pelos próprios representantes da polícia lá na Procuradoria Geral, ou seja, existe sim a preocupação e existe o trabalho de motivação e melhoria do policial civil dentro da carreira. Com relação a alguns fatos e aos crimes que estão ocorrendo na cidade, além das investigações, a polícia, quando não pega em flagrante, faz as investigações. Há algumas solicitações de medidas cautelares, como exemplo as preventivas que estão sendo feitas e aguardadas com sede na justiça, umas ainda estão pendentes de parecer do Ministério Público, outras da decisão do Juiz. Só quero salientar que a polícia nova está engatinhando na questão do orçamento, pois estamos necessitando dessa votação e da decisão da unidade gestora para efetivarmos o que nós precisamos dentro da Polícia Civil.

As nossas Delegacias de Polícia estão em uma situação precária, recebemos uma determinação do Senhor Governador em face de um evento que está havendo na Secretaria de Segurança para dar prioridade a dez reformas. De maneira responsável, nós pegamos os processos que estavam em andamento e estamos solicitando, através da SEINFI, um novo levantamento, atualizado, para que seja realizado um estudo visando o melhoramento do desenvolvimento do trabalho dentro da polícia, tão bom para o servidor quanto para a população. Muito obrigado!

O Senhor **Elieser Girão Monteiro Filho** Secretário de Segurança Pública - Senhor Deputado **Coronel Chagas**, em nome de Vossa Excelência, que todos os demais Deputados se considerem saudados, bem como meus Senhores, profissionais da imprensa e profissionais da área de Segurança Pública. Gostaria de iniciar comentando que a sociedade não pode ser movida sobre a tônica do medo, e que fomos criados ouvindo as pessoas dizerem: "filho! Faça as coisas corretas, senão a polícia te pega". E, eu deixo essa reflexão inicial. Será que nós estamos sendo bons educadores dentro de nossas casas? Há quatro anos atrás eu estive aqui para falar, como Comandante da Primeira Brigada, sobre soberania, e naquela oportunidade o desafio era muito grande e, acredito, pelo que pesou a minha consciência, que a missão foi muito bem cumprida.

No retorno de hoje, desculpem-me a sinceridade, cheguei pesando noventa quilos, e agora devo estar com cento e cinquenta. Absorvemos muitas coisas, os Policiais Civis que me veem acompanhando as Blitz, acompanhando a realidade das Delegacias, de alguns quartéis, a realidade das viaturas que circulam, sabem muito bem que o Secretário de Segurança Pública está comprometido com o Governo e com o Estado, nós não estamos aqui para ficarmos, estamos na Casa do povo, na Casa das Leis, para buscarmos soluções. Peço a minha assessoria que coloque as imagens, na primeira delas, nós temos um plano estratégico de Segurança Pública que foi feito pela minha equipe de trabalho na Secretaria de Segurança Pública, com a participação de todos os demais órgãos que integram o sistema de segurança pública, inclusive a SEJUR e o Departamento Estadual de Trânsito que também faz parte do sistema, como, também, deveria fazer parte todas as Guardas Municipais dos Municípios de Roraima. Temos 15 Municípios, e somente o Município de Boa Vista possui

uma Guarda Municipal, e o próprio Ministério da Justiça ainda não tem o devido enquadramento legal de como deve ser a atribuição das Guardas Municipais, relutando em conceder a elas o uso de armamento de menor letalidade. Sou contra o armamento de maior letalidade, mas, a guarda municipal pode e deve ajudar a segurança pública com a capacidade decisória menor.

Espero que esse peso que eu estou sentindo, na medida em que eu for falando diminua. Depois vou adquirir mais peso em função das palavras de Vossas Excelências, mas eu lhes asseguro que, como estivemos a quase dois anos dentro da Secretaria de Segurança Pública, reativaremos o gabinete de gestão integrada que foi criado na gestão do **Coronel Chagas**, enquanto Secretário de Segurança, e que faz parte da política nacional de segurança pública para que os Estados pratiquem a integração dentro das polícias, dentro dos órgãos. Quem é profissional de segurança sabe que isso vale, sabe muito bem a reação, e as reações que nós ainda temos hoje sobre essa integração. Estou levando a integração porque sou uma pessoa determinada, porque se não fosse, já teria cedido mais cedo do que imagina as vontades que antes imperavam.

Nós devemos pensar o que podemos fazer pelo Estado e pelo povo Brasileiro, e o que o Estado pode fazer por nós e, é assim que eu tenho visto policiais trabalharem, as deficiências existem, sejam de instalações, de equipamentos. Agora senhores, verifiquem mais adiante, na listagem de equipamentos que foram comprados e falados pelo Comandante da PM e pelo delegado Geral, que a equipe de convênio da Secretaria de Segurança Pública tem administrado os convênios que recebe os recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública e somente esses, para oferecer melhores condições de trabalho, mas esses convênios não nos habilitam a receber recursos para a construção de instalações. Então, o 5º DP que foi falado pelo Delegado Geral, o comando do Segundo Batalhão que foi falado pelo Comandante da PM e outras instalações dos Bombeiros, foram construídos com recursos do Estado, recursos do Orçamento do Estado que são escassos em função da situação do País, do Ministério da Justiça. Pasmem! Eu fui recebido no Ministério Justiça por uma assessora do Ministro e, questionei, naquele momento, porque estávamos fora do PRONCI, Programa Nacional de Segurança Pública e Cidadania, que administra a bolsa formação e, simplesmente, a Assessora me disse que eu deveria me orgulhar, porque Roraima era um dos Estados que tinha o menor índice de criminalidade, isso é verdade, mas, na hora, eu questionei dizendo para ela que segurança na pública, 80% é prevenção, 10% é repressão e 5% faz parte da sorte, a sorte de estarmos ou não, na hora em que o cidadão resolver partir para a marginalidade, decidia assaltar, roubar você. Saí de lá indignado, mas voltei semana passada para uma outra audiência para questionar sobre a bolsa formação, em função das restrições que foram postas para nós. Já comuniquei o Senhor Governador, estou comunicando alguns políticos da bancada federal, e tenho certeza absoluta que vão agir com suas representatividade junto ao Ministério da Justiça para inverterem essas situações em que, mais uma vez, Roraima está sendo colocada. A adesão ao PRONACI nos foi concedida no final do ano passado, esperamos que, com a vinda do Ministro da Justiça, até o mês de maio essa adesão seja formalizada e que os recursos do PRONACI possam chegar a Roraima, pois, a gestão da Segurança Pública não é feita só de vontades. Agradeço as palavras que o Deputado **Mecias** citou indiretamente a mim, gestão não se faz só com vontades, e os delegados, agentes, peritos, sabem muito bem disso. Quando tentamos fazer uma descentralização administrativa no ano passado, poucos dos profissionais foram buscar recursos para fazer uma gestão pequena das instalações da polícia civil, isso pode ser mudado, nós temos que mudar nossa mentalidade, temos capacidade para fazer isso, descentralização. Não preciso de repasses só para delegados, meus senhores e senhoras, a polícia civil não é feita só de delegados, uma investigação para ser feita não precisa da figura do delegado, uma ocorrência para ser registrada também não, uma perícia para ser feita tem que ser feita pelos peritos. Tenho ouvido reclamações no disque denúncia, de pessoas que pedem o apoio da polícia, e o apoio, às vezes, é negado com a justificativa de que está faltando combustível, faltando viaturas. Nós colocamos viaturas novas no ano passado, e algumas dessas viaturas, devido ao intenso uso, estão em péssimas condições e, já entraram na relação para fazer manutenção pesada, uma viatura que tem uns dois, três anos de uso. Uma viatura policial não dura mais de dois anos tudo isso faz parte de um esforço que nós temos que ter concentrados em todos os profissionais. Assumi o cargo de Secretário de Segurança, convidado pelo Senhor governador, depois de ter passado para reserva, com um desafio, e não vou conseguir

fazer nada sozinho, somos uma equipe que trabalha em benefício da segurança do povo do Estado. Lamento pelas vítimas dos assaltos, roubos, e agradeço a citação que foi feita aqui na minha presença. Não vamos conseguir fazer nada sozinho, se as policiais não aceitarem a integração, a troca de informações, não vamos chegar a canto nenhum. Desculpa-me o Procurador do Ministério Público, se os outros poderes do Estado não entenderem que as limitações são decorrentes de problemas que se arrastam há mais de duas décadas e que não conseguiremos, com o instalar dos dedos, uma solução imediata. Não pretendo terminar Meu discurso e receber palmas dos senhores, porque sei que os senhores estão preparados para questionar o sistema de segurança pública, agora me desculpem a sinceridade, cada um de nós é co-responsável disso. Gostaria de destacar o apoio da população que tem utilizado de maneira altamente satisfatória, incrível, o disque denúncias da Secretaria de Segurança. Recebemos várias denúncias e as tenho repassado por meio de ofícios reservados, memorandos, para os órgãos do sistema de segurança e para o departamento de segurança para que as operações sejam feitas. A segurança no trânsito não vai ser conseguida somente com a operação salvando vidas, temos que voltar a ter tolerância zero. Ai eu pergunto ao Ministério Público: O que fazer para reagir em relação às diversas defesas que estão sendo feitas pelos advogados? Para justificar suas profissões eles conseguem burlar a atuação do cidadão com relação ao uso do bafômetro ou até mesmo a penalidade da lei seca. Temos que ser mais rigorosos conosco e pararmos de ficar fazendo coisas, que eu me permito não citar. Temos que verificar no predo e ver o que estamos fazendo para poder mudar essa realidade. Precisamos da instalação do 5º Distrito. Esse ano há uma promessa de que teremos duas outras delegacias. Bom seria se conseguíssemos na média duas por ano, mesmo assim teríamos mais uns 10 anos para mudarmos tudo em relação às instalações antigas só para a reforma do prédio que diz respeito à polícia técnica e científica precisamos de 13 milhões. Eu pergunto aos Senhores Deputados se é possível, no orçamento do Estado de Roraima, sacar 13 milhões para poder construir esse prédio e habilitar com laboratório Forence, o Ministério da Justiça que tem feito o aparelhamento do referido laboratório em outros Estados. O Ministério da Justiça não se manifestou para nos conceder esses recursos, temos pressionado desde 99 a bancada federal apresentando esse tipo de proposição, e acho que é hora da bancada Estadual fazer esse mesmo tipo de questionamento a bancada federal, desculpe-me, mas estamos praticamente com os nossos recursos esgotados. Eu não vou ter tempo de responder todas as indagações que foram feitas quanto à segurança pública, mas, pelo menos, gostaria de dizer o seguinte: o esforço que as policias têm feito para a composição dos efetivos já recebeu aval do Governador e, com relação a policia civil, logo que o plano de carreira seja aprovado e colocado devidamente em execução, nós estaremos verificando junto à delegacia geral de policia que o concurso público venha a ser feito. O retorno do pessoal que está na SEJUC será muito importante para Secretaria de Segurança Pública, para a segurança no Estado. Um comentário que foi feito por um cidadão que não está mais aqui, de que o pagamento do secretario adjunto é feito de maneira arbitrária, gostaria de responder o seguinte: nós obedecemos às leis dentro do Estado, a Secretaria de Segurança Pública por meio de seu orçamento e por meio da secretaria de gestão e administração faz o pagamento dos funcionários conforme as leis, se ele tem alguma indagação com relação a isso, que apresente a SEGAD, pois, a mesma tem como comentar a respeito disso. Nós obedecemos às leis dentro da Secretaria de Segurança Pública, não sei ele, mas dentro do mimetismo que lhe é peculiar, tem essa capacidade de fazer.

A transparência na gestão está materializada no portal a transparência, na página do governo do Estado e, também, na pagina da Secretaria de Segurança Pública, qualquer um dos senhores e senhoras que quiserem acessar, lá temos nosso orçamento, programas de ação, tanto os que aconteceram e os que estão previstos para acontecer, temos o hall de equipamentos que foram adquiridos e fornecidos para o Corpo de Bombeiros Militar, para a Polícia Militar e para a Polícia Civil do Estado de Roraima, temos trabalhado com transparência com relação a isso.

Gostaria de terminar minhas palavras citando uma frase que é atribuída a Aristóteles: “o Estado é uma instituição voltada, principalmente e indispensavelmente, com a finalidade de propiciar felicidade e bem estar ao ser humano, precisamos aprimorar o processo de elaboração das leis para melhorar o Estado em que vivemos”. Estou deixando, Senhores Deputados, uma lista de leis que são de interesses da Segurança Pública, uma delas, é a solicitação da criação de um fundo

estadual de segurança pública, já que temos um tripé importante no Estado e a segurança é um desses tripés. Gostaria de pedir o apoio de Vossa Excelência para que essas leis possam ter andamento e possamos ter o melhoramento do orçamento, das condições para que possamos trabalhar de maneira bastante proveitosa em benefício da segurança pública do nosso Estado. Muito obrigado.

O Senhor Presidente (**Coronel Chagas**) – Abriremos a palavra aos nobres Parlamentares que se inscreveram. Peço ao Deputado **Chicão** que proceda à chamada nominal dos Deputados inscritos.

O Senhor Deputado **Brito Bezerra** – Senhor Presidente, Senhor Secretário Estadual de segurança Pública, General **Eliezer Monteiro**, demais autoridades aqui na Mesa, nobres Deputados, imprensa, Senhoras e Senhores. Gostaria de saudar também todas as categorias, e de parabenizá-los por, até agora, terem prestigiado esse evento que é tão importante.

Senhor Presidente, fui um dos autores do requerimento para que essa Audiência se tornasse possível. Gostaria de enfatizar as principais motivações para que esse requerimento fosse feito e para que essa Audiência Pública fosse motivada e, hoje, se tornar possível. Tendo em vista que a segurança pública, Senhor Presidente, Senhor Secretário, está elencada no artigo 5º da Constituição Brasileira, é um direito fundamental garantido ao cidadão brasileiro. Ela está assegurada na nossa Constituição e nós devemos como pessoas públicas, proteger esse direito que é dado ao Estado, pois temos o dever de fornecer a toda população a segurança pública, a saúde e a educação. Sou um Parlamentar eleito pelo povo, tenho o dever e a obrigação de está aqui, hoje, cobrando de Vossas Excelências em nome do povo, que sejam fornecidos esses direitos.

Também recebi um ofício do SINDPOL solicitando essa Audiência Pública, a qual estava pleiteando desde 2010 e só agora foi possível realizar. Também tenho em mãos vários boletins de ocorrência que me foram repassados pela associação dos distribuidores, pelos supermercadistas, por pessoas que foram vitimadas pela violência pública que assola o nosso Estado, e principalmente, a classe empresarial. Tenho uma relação de alguns comerciantes assaltados, mas, diante do tempo, não vou citar aqui um a um, porém, gostaria de ressaltar para Vossa Excelência, Senhor Presidente, Senhor Secretário e demais autoridades que, o supermercado Barbosa, aqui na Rua José Aleixo, foi assaltado duas vezes num só dia. Nós temos o comercial TCN, no Jôquei Clube, que também foi assaltado três vezes, o mercado Super mais, três vezes; o mercado Super Norte por várias vezes que o dono perdeu até as contas. Gostaria de enfatizar a Vossa Excelência que recebi um relatório no qual informei a Vossa Excelência, Secretário Estadual, que os números diminuíram e foi colocado aqui, pelo nobre representante do Ministério Público, que esses números deveriam ser debatidos, discutidos. Realmente Vossa Excelência me passou um relatório de que os números diminuíram. Quero dizer a Vossa Excelência que isso se deve as nossas investigações, mas a classe comercial não acredita mais na segurança pública do Estado de Roraima e deixou até de registrar as ocorrências simplesmente porque não acreditam, não têm um posicionamento no sentido de elucidarem os assaltos, porque, principalmente não podemos fazer um policiamento ostensivo, preventivo, que é o que realmente interessa e o que a nossa população precisa para que seja sanada essa situação. Nós chegamos ao ponto aqui, e gostaria de chamar a atenção de todos vocês e até do nosso Presidente, em que uma vítima relatou que achou bom o último assalto porque não foi aborda de maneira truculenta, violenta. Estive lá na casa da Senhora Brena, a aliança de casamento da mãe dela foi roubada, os celulares, uma criança de três anos desesperadamente pedindo que tudo aquilo acabasse e os assaltantes encapuzados, batendo nessas pessoas. Às vezes participo de algumas reuniões da Secretaria de segurança pública onde eles falam de segurança orgânica. A segurança orgânica nós já temos. Temos rede elétrica. As filmagens já foram apresentadas em alguns desses eventos e a segurança que nós podemos pagar, através dos nossos tributos, é a segurança que temos direito e que o Estado tem o dever de fornecer.

Não estou aqui cobrando segurança apenas para a classe empresarial deste Estado. Vi no jornal a manchete: “bandidos tocam terror na pracinha”; isso ocorreu no dia 29 de março, numa pracinha em um bairro da cidade onde a bandidagem tomou conta e eles estarão lá todos os dias fazendo o terror.

Em outra matéria: “Policiais apontam problemas nos plantões”. Isso aqui foi os policiais que me trouxeram, matéria da folha de Boa Vista, reclamando que enfrentam problemas por não terem sequer água para beber, por não terem viaturas, combustível,

internet, acesso a telefone e por não terem tantas outras coisas. Tem mais: “Bandidos armados assaltam loja no centro”, isso aqui, Senhor Secretário de Segurança, como dizem alguns da cúpula do governo, é intriga do grupo de oposição, os Deputados **Brito, e Sampaio** andam fomentando a insegurança no nosso Estado, mas, quem fomenta a insegurança são os bandidos, está aqui nas folhas dos jornais e todos os dias somos assolados com essa bandidagem.

“Perícia técnica não consegue produzir laudos por falta de estruturas e materiais”. Também não inventei está aqui: “Servidores fazem cota para comprar peças para viaturas da Polícia Civil”. Estão aqui os próprios servidores tirando do bolso. “Delegacias estão em situação precária”. Reportagens também da folha de Boa Vista...

O Senhor Presidente (**Coronel Chagas**) – Deputado **Brito** vosso tempo já esgotou, concedo mais um minuto para suas conclusões.

O Senhor Deputado **Brito Bezerra** continua. – “As categorias se unem para cobrar melhorias”.

Senhor Presidente, Senhor Secretário, o Senhor Promotor de Justiça, Doutor **Ademir Teles de Menezes**, Promotor da Vara do Consumidor e da Cidadania, relatou aqui que levou resma de papel comprada por ele para lavrar os flagrantes. Será que tinha na delegacia resma de papel? É mentira do Senhor Promotor? Eu tenho certeza que não. A Senhora **Brena** disse que forneceu água para os policiais do 4º Distrito porque eles não tinham água para beber, e, também não é mentira. Quem ensinou isso aqui foi um relatório de Vossa Excelência. “Construção das unidades da polícia civil e técnica, previstas 19; 01 realizada; operações integradas de segurança pública, previstas 10; nenhuma realizada; reforma de unidade da polícia civil, previstas 10, 02 realizadas”. No período de janeiro a fevereiro foi constatado que houve 69 assaltos a supermercados, mas, por conta de não haver mais a vontade das pessoas de irem prestar os boletins de ocorrência por não terem retorno da polícia, muitos assaltos não foram computados.

Eu acredito que esse número seja no mínimo 10 vezes maior. Um dos representantes, salvo engano da polícia militar, pediu que não só apontássemos as mazelas, mas, também as soluções. Eu acho que isso é um dever nosso.

Para apontar tais soluções Senhor Presidente, Senhor Secretário, proponho um investimento maciço na segurança pública, devolvermos a nossa população parte dos 3 bilhões de reais saíram dos cofres públicos do Estado em 2010, devolvermos para o nosso povo. Estão aqui alçado 170 milhões para a segurança pública, peça mais, é pouco porque o Estado tem dinheiro, o problema não é de arrecadação, volto a dizer, o problema é de gestão. Uma das soluções é fazer concurso público para o aumento do efetivo das polícias civil e militar, adquirirem viaturas e devolver, enfim, em benefícios, todos esses recursos para o nosso povo. A minha pergunta é só uma. Quando o povo de Roraima vai ter segurança pública real e efetiva?

Senhor Presidente, peço permissão para ler um Requerimento que fiz e apresentei a Mesa, para que, no final dessa audiência, não fique no campo subjetivo tudo que foi falado.

Requerimento: Excelentíssimo Senhor Presidente, os Deputados que a este subscreve, em conformidade com o artigo 192, parágrafo único, e com o artigo 195, inciso II, do Regimento Interno, requerem a Vossa Excelência que seja solicitado do Chefe do Executivo Estadual, bem como, aos demais representantes dos órgãos de segurança pública estadual, que apresentem a Casa Legislativa um demonstrativo das ações que foram e serão implementadas para resolver ou amenizar o problema de segurança pública no Estado de Roraima, discutido na audiência pública do dia 30.03.11.

Nessa Audiência Pública nós queremos o retorno, assim como especificações, de quais as providências que foram tomadas quanto aos constantes roubos e assaltos dos quais os empresários roraimenses foram vítimas, no prazo não superior de 30 dias.

Eu gostaria que esse requerimento da Secretaria Legislativa fosse distribuído aos demais Deputados e, também, que as nossas solicitações e as demandas do povo de Roraima fossem atendidas a contento para que nós possamos ter a sensação de segurança em Roraima.

Parabenizo o senhor Promotor pelas suas colocações e o Ministério Público que é um grande parceiro da sociedade roraimense. Gostaria de colocar a essa Casa e aos Deputados da oposição que estou a disposição do Secretário de Segurança Pública, do Governo do Estado para somar e resolver, de uma vez por toda, a questão da segurança pública, o problema não é de arrecadação, financeiro, o problema é de gestão. Era o que tinha dizer, obrigado.

O Senhor Deputado **Erci de Moraes** – Cidadão com direito

nesse país é o que procura questionar os problemas, e isso é o que nós assistimos hoje nessa audiência, reivindicação de toda ordem, reivindicações classistas. Entendemos o lado corporativo das categorias que aproveitam o momento, mas o foco mesmo deveria ser a segurança. Queria me ater um pouco no assunto e tentar dar mais algumas contribuições ao que colocou o nosso jovem Deputado **Rodrigo** quanto à integração, quanto ao funcionamento do sistema de segurança pública. Pude observar atentamente as colocações das autoridades que por aqui passaram, o problema não é simples não, é de alta complexidade, eu me atreveria a dizer, como parlamentar, que com relação à nossa integração que há tanto tempo se tenta fazer ainda não chegamos lá, sem ela não vamos muito longe em termo de segurança, não se iludam os dirigentes, comandantes dos órgãos que fazem a segurança, com o fato de não haver uma unidade de comando na segurança, isso não vai beneficiar nenhum segmento dos órgãos envolvidos, o que precisamos é de uma reflexão profunda, aí é que entra o poder da Assembleia ao interagir com os senhores, com o próprio governador para que busque mecanismos de prestigiar o sistema, e para prestigiá-lo é preciso dar autoridade, poder para quem coordena, para quem comanda esse sistema, exercê-lo, haja vista, os exemplos recentes do Rio de Janeiro e São Paulo, onde os governadores tiveram essa grandeza, mesmo estando em verdadeiras guerras civis o sistema de segurança foi à luta com o Secretário do Estado e os resultados estão aí para sociedade ver e avaliar. O Governador **Geraldo Alckmin**, de São Paulo, cortou a própria carne exonerando funcionários da mais alta confiança e próximos a ele, sacrificando-se em favor de que, na visão dele esses cidadãos vinham dificultando a segurança. E essa grandeza e esse patriotismo que nós devemos ter com relação à situação do Estado de Roraima, vivemos num Estado que tem pelo menos duas portas de entradas, duas fronteiras, sem considerar a divisa com Amazonas, que é uma porta de entrada permanente para a marginalidade. Tenho certeza que as autoridades que aí estão, cada um nas suas secretarias ou nos órgãos que dirigem, comandando a segurança são competentes, homens de bens e determinados. Atrevo-me a dizer que o General **Monteiro** talvez não tivesse outro perfil adequado para comandar, pela vasta experiência como oficial superior do nosso exército, pois sacrificou a própria carreira em defesa das suas convicções. Por isso, quero deixar esse apelo, vou levar essa situação como Deputado, começando com os meus Pares, para nos reunirmos e vermos uma forma de podemos contribuir, mas é preciso nos organizar para dá uma resposta maior à sociedade para que essa situação não continue. Era essa a contribuição que queria deixar, acho válida a audiência pública, mas não resolveremos esse problema aqui. É preciso fazer reuniões envolvendo as autoridades responsáveis pelos setores, que o nosso Governador participe e tenha pleno conhecimento do que aqui está se passando para que ele possa, também, exercendo sua autoridade, fazer com que encontremos uma maneira, dialogando para chegar a essa integração que é extremamente necessária. Muito obrigado.

O Senhor Deputado **Naldo da Loteria** – Quero de alguma forma contribuir com essa audiência pública, muitos já falaram, quanto à questão da parceria das polícias militares, civil e guardas para que possamos começar a partir de agora a mudar a realidade da segurança do nosso Estado, que há tempos vem precisando de cuidados. Ultimamente como está havendo grande risco de assaltos a supermercados, os empresários estão conseguindo divulgar os acontecimentos, cobrar, mas, quando a violência está nos lares, nem sempre a sociedade fica sabendo, entretanto, quando começa atingir os grandes, ai sim, é hora de tomar providências. Quero fazer um apelo para que o Secretário de Segurança Pública procure os comandantes que têm mais forças policiais, para que haja a integração e para que possamos, a partir de agora, fazer uma nova polícia e ter resultados, e, também, aos órgãos que têm policiais fora da função, principalmente, delegados, pois, não há necessidade de ficarem em desvio de função, um agente pode prestar segurança, agora o delegado está preparado com uma função muito maior. Temos que rever isso e cortar o mal pela raiz. Muito obrigado.

O Senhor Deputado **Joaquim Ruiz** – Senhor Presidente, Senhores Deputados, Presidente de Sindicatos, Comandante da Polícia Militar, demais autoridades.

Nós temos aqui três Deputados Estaduais ligados à área da segurança pública, um deles pelo que tenho acompanhado os orçamentos, trouxe a sua Emenda para Segurança Pública. Se os três Deputados colocarem suas Emendas integrais para Segurança Pública, no orçamento de 2012, são quatro milhões e meio. Eu me comprometo

a colocar mais quinhentos, mil na minha Emenda, com cinco milhões de reais, recuperamos todas as delegacias, compramos viaturas para toda a segurança, computadores, equipamentos de última geração para todas as instituições públicas voltadas para a área de segurança do nosso Estado. Então, faço esse pelo aqui, quando o orçamento entrar em junho, como líder do governo, se os Deputados ligados a segurança pública colocarem suas emendas integrais, comprometo-me que a minha Emenda irá aplicar na área social, onde sou professor, disponho de quinhentos mil para que possamos começar a fazer essa emenda de cinco milhões, impositiva, para que o governo não possa colocar para outro lugar e, com isso, revertermos a história da segurança pública em Roraima.

Quero fazer uma homenagem a toda segurança pública, ao trabalho de todos os Senhores, aos mais humildes, aqueles que limpam o prédio da segurança até aqueles que estão lá na ponta arriscando a vida, a um homem que tem uma história de vida nas forças armadas que é o nosso Secretário de Segurança, que teve um papel preponderante quando Comandante das Forças Armadas do Exército aqui em Roraima, assistiu tudo democraticamente, sabiamente sobre a orientação do arquiteto do universo, fez suas explicações pessoais, mas eu sei, senhor secretário, como o senhor administra os conflitos diários, que estuda a parte da inteligência, que trabalham com a força, é difícilíssimo comandar pessoas que trabalha em setores diferentes, que pensam diferente, a polícia militar é uma coisa, o delegado de polícia é outra. São coisas totalmente distintas, e Vossa Excelência vem com toda as dificuldades tendo a grandeza de conciliá-las fazendo uma gestão extremamente democrática. Parabênzo, em nome de todos os Deputados, a todos que estão aqui presentes e que fazem à segurança pública do nosso Estado.

O Senhor Deputado **Coronel Chagas** – Bom dia a todos. Não vou nominar as autoridades que compõem essa Mesa dos trabalhos por conta que já fizeram isso diversas vezes.

Quero dizer da nossa alegria, da satisfação de estar participando dessa audiência pública que trata de uma área tão importante para o cidadão roraimense, segmento o qual represento. Eu tenho dito em alguns pronunciamentos que a estrutura dos órgãos de segurança pública, em termos de recursos humanos, atualmente é praticamente a mesma de 20 anos atrás. No caso específico da polícia militar, onde passei a 21 anos da minha carreira, nós tínhamos 1.364 policiais militares, o nosso Estado tinha pouco mais de 180 mil habitantes, 7 municípios, apenas um estabelecimento penal, um baixo percentual de desemprego, que é uma questão social, que leva a violência, a criminalidade. Hoje, temos 1.500 policiais militares, o efetivo aumentou em torno de 10%, nós temos mais de 450 mil habitantes, mais de 200% de aumento populacional, 15 municípios, dezenas de vilas, milhares de vicinais, cinco estabelecimentos penais. Antes era apenas um. Foram implantados a sede dos poderes judiciário, legislativo, o ministério público, o Tribunal de Contas, o Consulado e, de acordo com a constituição, é competência da polícia militar, realizar esse policiamento, a demanda da segurança pública aumentou em torno de 300% comparado ao ano de 1990 e o efetivo da corporação aumentou em torno de 10%. Concorro com a Deputada Aurelina quando ela pergunta de onde vamos tirar recursos, 10% já é destinado para o setor de segurança pública, para a própria pasta da polícia militar, da polícia civil, do corpo de bombeiros, DETRAN que tem orçamento próprio, que é uma autarquia, para a SEJUC também. O nosso orçamento, às vezes, é subestimado quando aprovamos aqui, nós devemos olhar com atenção porque tudo que falamos aqui, ou as propostas que fazemos irão resultar numa coisa, aumento de despesa, e como aumentar despesa se nós não colocarmos nesses órgãos os recursos necessários. Acredito que nós podemos dá essa contribuição, olhar com mais carinho para essa área que hoje, junto com a saúde, é a que demanda maior preocupação da sociedade roraimense e, se assim é, essa mesma prioridade devemos ter com o orçamento. Vejo que algumas soluções podem ser encaminhadas, tem questões que é puramente de gestão. Vejo a dificuldade do Comando Geral da PM, da Polícia Civil, com o efetivo do interior do Estado, porque o cidadão faz o concurso e depois para ir ao interior do Estado é uma dificuldade, faz faculdade etc. Então, a proposta do Deputado **Rodrigo Jucá** é interessante, fazer o edital com o objetivo de regularizar o próximo concurso da Polícia Militar vai ser regionalizado, vou concorrer às vagas na Capital, vai ser mais concorrido, vou concorrer às vagas da terceira companhia independente com sede em Rorainópolis, com destacamento em Santa Maria do Boaçu, Jundiá e Entre Rios, a concorrência vai ser menor, mas, se eu passar, vou trabalhar naquela

região pelo menos durante cinco anos. Então, essas questões vão aprimorando o processo e facilitando para o gestor colocar o policiamento em toda a área territorial.

A Polícia Militar, a Polícia Civil, a SEJUC, o DETRAN e Corpo de Bombeiros, todos esses órgãos precisam de um efetivo maior e só vão poder fazer isso se nós dermos os recursos necessários. Por isso, quando vier a peça orçamentária para nós analisarmos, acredito que nós, Deputados Estaduais, podemos dar a nossa contribuição, o que a Polícia Militar precisa, o que cada órgão desse precisa. A PM precisa de mais 600 policiais, vamos criar os recursos necessários, a SEJUC precisa de mais de 300 agentes, mas, como não tem orçamento, os Deputados não destinaram os recursos. Então, vamos destinar porque a segurança vai rondar a casa de cada um. A Polícia Militar precisa de pelo menos de 600 novos policiais, para isso o seu orçamento é em torno de 40 milhões, precisaria de mais 22 milhões, ou seja, mais de 50% do previsto. A projeção orçamentária feita pela SEPLAN é de 7%, 8% de aumento para cada secretaria ao ano. Então, temos que cortar o orçamento de outras áreas, quem sabe da social, ou será a da saúde, que já está com um problema sério. Então, temos que ter essa responsabilidade, temos que definir as prioridades e encaminhar aos meios para que esses órgãos possam trabalhar. Tudo deságua na questão do orçamento, se os órgãos tiverem mais recursos, nós vamos ter mais policiais realizando a segurança, mais equipamentos, armamentos, vamos conseguir o estudo continuado na especialização. Temos bons policiais, mas eles são poucos.

Eu me ateno ao ponto que foi tocado por diversos colegas, sobre a questão da coordenação operacional, da integração operacional. Isso já está previsto, a integração operacional é do Secretário de Segurança Pública, ela se faz através do gabinete de gestão integrada. Eu fui secretário, o Comandante da PM é um Coronel muito mais antigo do que eu, e não tive nenhuma dificuldade, pois através do gabinete de operação integrada, nós nos reunimos, pelo menos uma vez por mês, para estabelecer as operações e, nunca tivemos nenhum problema. Assim devemos fazer, o gabinete de operação integrada deve se reunir uma vez por mês, e a cada mês um órgão deverá estar a frente conduzindo os trabalhos, a presidência dos trabalhos daquela gestão, assim nós fazíamos e diversas operações foram encadeadas, assim nós começamos a implantar a polícia comunitária do Estado, implantamos seis ou sete conselhos comunitários, depois o programa foi abandonado, mas, devemos retomar isso. Vimos alguns cidadãos, policiais com uma faixa dizendo: “a segurança pública é dever do Estado”, mas, esqueceram de colocar a continuação. Isso foi tirado do art. 144, da Constituição Federal, que diz: “é dever do Estado e responsabilidade de todos”. Todos, não só das autoridades, todos os cidadãos, porque, às vezes, o cidadão se recusa a ser testemunha de um acidente de trânsito. O tráfico de drogas está acontecendo ao lado da Casa dele e ele não informa aos órgãos de segurança. As drogas afetam tanto as crianças, como os jovens do nosso Estado e do nosso país e, acaba desestruturando a família, célula mácula da sociedade roraimense. Então, tem que haver a participação do cidadão, e nós iniciamos isso através da polícia comunitária, através da criação dos conselhos de segurança pública, que é uma entidade que uni cidadãos de bairros, que se reúnem uma, duas, três vezes, se for necessário. Elencam os problemas de segurança pública, convocam as autoridades e cobram providências, assim deve funcionar. Desta forma proponho as autoridades de segurança, especificamente da Secretaria de Segurança Pública, que tem um departamento de cidadania e que lá iniciou os programas, as normas já estão criadas, para que retomem esse programa, se faltar recursos, que Assembléia preveja no orçamento para criar e instalar os conselhos que faltam. Nós temos em torno de 6 ou 7, na capital, precisaríamos de 10 a 12, e mais um em cada município do interior. Aí vem a sugestão do nosso líder do governo, juntamente com o Deputado **Jean**, pois conversamos. Nós somos 24 Deputados, se cada um destinar uma viatura, um telefone, eu pretendo destinar toda a minha emenda que deve ser em torno de um milhão de reais, para a segurança pública, pois, sou dessa área, acredito que os meus companheiros, Deputados **Damosiel** e Soldado Sampaio vão ter essa sensibilidade. A situação irá melhorar. São essas as considerações e aproveitando a oportunidade para informar que esta Casa pretende trazer os grandes debates de interesse da sociedade aqui para dentro. Será realizado agora nas próximas semanas o 1º Simpósio da Saúde, nos dias 12,13 e 14 de abril, então, toda a sociedade, todos que atuam na saúde do Estado, foram convidados, a ajudaram elaborar o cronograma do Simpósio e, no mês de junho, na primeira quinzena, nós realizaremos o Simpósio sobre o trânsito, que está relacionado à

questão da segurança pública e, também, à saúde, porque nossos hospitais estão lotados, principalmente no trauma, o Estado gasta milhões com os acidentados. E, desde já, convidamos os gestores que estão aqui, para na próxima semana, terça-feira, a partir das 12 horas, participarem de uma reunião com o Presidente da Casa, para tratarmos do cronograma do Simpósio do Trânsito, convite que se estende ao Comandante da PM, ao Delegado Geral, ao Secretário Segurança Pública, ao DETRAN, DMTRAM, CMTRAM, para estarem juntos aqui conosco para elaborarmos uma agenda de datas e, através dos técnicos, construímos o Simpósio.

Eram essas as considerações. Agradeço a paciência de todos.

Passo a palavra ao Secretário de Segurança Pública para que responda aos questionamentos que foram feitos a sua pasta.

O Senhor Secretário de Segurança Pública **Eliezer Monteiro** – Eu queria fazer um agradecimento aos Deputados **Erci de Moraes** e **Joaquim Ruiz** em função das palavras a mim referidas. Gostaria que soubessem que elas me emocionaram muito, o ser humano vive muito de emoções. Por outro lado, gostaria de destacar que há 57 anos, a Rainha **Elizabeth Segunda** tem reinado na Inglaterra de maneira soberana, bastante nobre, ela é respeitada por isso, a maneira jocosa como foi citado o meu nome, ao me comparar com a Rainha da Inglaterra... Lamento e respeito muito o Deputado **Soldado Sampaio**, como ele citou que nós nos conhecemos de um jeito bastante interessante, caro Deputado, Vossa Excelência sabe muito bem que essa maneira jocosa de se dirigir a um Secretário de Segurança, eu reajo a ela e não aceito. Como o Deputado **Chagas** falou, nós temos usado a Lei nº 499, uma lei ordinária que gostaria que fosse inconstitucionalizada para que a Secretária de Segurança Pública pudesse, efetivamente, constitucionalizá-la, ai sim, a integração seria fortalecida. Esta lei exatamente reflete o nível de pensamento em relação à integração que existe nas policiais. O Secretário de Segurança pública não manda em ninguém, todo mundo manda em si, e não pode fazer nada, mas, na hora de ser cobrado, é cobrado por quem? Então, gostaria que ficasse bastante claro a todos os Deputados, que isso é uma coisa que precisa ser trabalhada, nós somos a sociedade roraimense, nós que temos que dá as respostas. Acredito que não se deve atribuir poder ao secretário, o secretário precisa, como precisa os Comandantes da polícia, dos bombeiros, o Chefe do DETRAN, o Delegado Geral, de apoio, orçamento, é isso que precisamos. Alguma coisa foge da vontade do executivo estadual, ele depende do apoio do nível federal e nisso o colégio nacional e a secretaria de Segurança Pública, da qual sou um dos representantes, foram quase integralmente renovados, só três secretários mantiveram-se na pasta, esse colégio nacional está buscando também, junto ao legislativo federal, a Câmara, as alterações legislativas necessárias para que segurança pública possa ter esse reforço. Gostaria de dizer que lamento. Consultei o Secretário da SEJUC, o próprio Procurador Ademar, nós sabíamos e tentamos fazer as alterações, até mesmo, mas blitz noturna que têm sido feitas de quinta a domingo. Tentamos, com essas blitz, reduzir a vulnerabilidade da população em relação à recorrência de assaltos, porque mais de uma centena de presos foram libertados no sistema penal no final do ano passado, no mutirão carcerário, eles tiveram direito a liberdade como todo cidadão, e não é porque fizeram parte do sistema, que voltarão a praticar o crime, mas nós sabemos que é difícil a ressocialização. Ontem, o Presidente do Supremo Tribunal Federal, **César Peluzo**, foi muito taxativo com relação a isso quando disse que, infelizmente, o Brasil não tem ressocialização e, o Ministro da Justiça concordou com isso. Então, precisamos trabalhar essa questão. Eu pergunto: Os empresários estão buscando a ressocialização? O sistema tem como verificar, por exemplo; se aquele cara que está no sistema semi-aberto, declarando que está trabalhando, e sabemos que para alguns ali o trabalho é fictício, é uma enrolação, pois, falam que trabalhando e, na verdade, estão roubando, ele volta a praticar crimes ou tráfico de drogas. Estava comentando a pouco sobre a quantidade de denúncias nesses 7 dias. Tivemos várias denúncias de tráfico de drogas, isso demonstra que a sociedade está se corrompendo por dentro com relação a ceder ao tráfico. A Assembleia Legislativa, o Ministério Público e o próprio Tribunal de Justiça, não creditam. Essa conta só Poder Executivo e Municipal, temos locais para fazer o tratamento dos dependentes químicos, nós precisamos abrir os olhos para isso, hoje acontece com alguém que conhecemos, amanhã pode estar dentro da nossa casa.

Quero agradecer a oportunidade que me foi dada. Lamento os desagradados que gerei com as minhas palavras, mas, podem ter certeza que aqueles que se sentiram desagradados com elas e com a minha gestão, não sabem que estou fazendo tudo isso com o intuito de acertar,

e se alguma coisa está sendo feito de forma errada, as portas das secretarias estarão sempre abertas, como já estiveram ao longo de mais de três dezenas de reuniões no gabinete de gestão integrada ou nas diversas audiências que tenho recebido na secretaria. É assim que enxergamos a segurança pública, é assim o nosso compromisso com o Governador Anchieta e é assim que pretendo continuar trabalhando. Agradeço pela forma fidalga com a qual tenho sido tratado pelos chefes dos outros órgãos que compõe o sistema de Segurança Pública: Polícia Militar, Corpo de Bombeiros, Polícia Civil, DETRAN, Guarda Municipal do Município de Boa Vista. Espero continuar contando com a confiança de cada um das instituições no trabalho que estamos realizando a frente da Secretaria Pública. Muito obrigado.

O Senhor Presidente (**Coronel Chagas**) – Eu acredito que todas as explicações necessárias em razão dos questionamentos e observações foram feitas pelos Senhores Parlamentares. Em nome da Mesa Diretora da Assembleia Legislativa, agradeço a todos pela participação nessa audiência pública, colocando a Assembleia Legislativa a disposição desses órgãos e da comunidade.

Está encerrada a Audiência Pública.

Alcançada a finalidade, objetivo da Audiência Pública, retornamos a Sessão Ordinária e recomeçamos o trabalho na fase em que se encontra.

Passamos para o Expediente de Explicações Pessoais, não havendo quem queira fazer o uso da palavra e, não havendo mais nada a tratar, encerro a Sessão e convoco outra para o dia 31, à hora regimental.

Estiveram presentes à Sessão os Senhores Deputados: **Ângela Portella, Aurelina Medeiros, Brito Bezerra, Chicão da Silveria, Chico Guerra, Coronel Chagas, Dhiego Coelho, Erci de Moraes, Gabriel Picanço, Ionilson Sampaio, Jean Frank, Joaquim Ruiz, Marcelo Natanael, Mecias de Jesus, Naldo da Loteria, Rodrigo Jucá, Sargento Damosiel e Soldado Sampaio.**

ATA DA 2000ª SESSÃO, EM 05 DE ABRIL.
41º PERÍODO LEGISLATIVO DA 6ª LEGISLATURA.

= ORDINÁRIA =

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO CHICO GUERRA.

Às nove horas do dia cinco de abril de dois mil e onze, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a segunda milésima Sessão Ordinária do quadragésimo primeiro período legislativo da sexta legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.

O Senhor Presidente (**Chico Guerra**) – Havendo quorum regimental, sob a proteção de Deus e em nome do povo roraimense, declaro aberta a presente Sessão.

Solicito ao Senhor Segundo Secretário que proceda à leitura da Ata da Sessão anterior.

O Senhor Segundo Secretário (**Remidio Monai**) - Lida a Ata.

O Senhor Presidente (**Chico Guerra**) – Coloco em discussão a Ata da Sessão anterior.

Não havendo quem queira discuti-la, passamos para a votação. A votação será simbólica. Os Deputados que forem favoráveis permaneçam como estão.

Dou por aprovada a Ata da Sessão anterior.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura do Expediente.

O Senhor Primeiro Secretário (**Jalser Renier**) – procedo à leitura do Expediente.

O Senhor Presidente (**Chico Guerra**) – Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda a chamada dos oradores inscritos para o Grande Expediente.

O Senhor Primeiro Secretário (**Jalser Renier**) – procedo à chamada.

O Senhor Deputado **Famarion Portela** – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados. Há quinze dias atrás, quando o Deputado **Sampaio** trouxe ao conhecimento deste Poder a situação de como as pessoas estavam sendo tratadas no cadastro do vale-alimentação, lembro-me que o Deputado **Rodrigo Jucá** apresentou duas sugestões que, a meu ver, foram bem acolhidas pelo Plenário, o Deputado, naquele dia, disse que o ideal era que esse cadastro fosse feito na casa das pessoas, de forma mais respeitosa, com maior consideração com o povo que depende do vale para levar o abençoado pão nosso de cada dia a sua mesa. O Deputado também sugeriu que o Governo pague os oitenta reais até que se processe esse cadastro. Eu estou trazendo isso à baila porque algumas situações têm me chamado à atenção. Então,

vou começar mostrando um documento oficial, o Diário Oficial do dia 31/01/11 que traz o Decreto nº 12.532-e, que abre crédito suplementar de cento e cinco milhões, oitocentos e noventa e três mil, cento e cinco reais e setenta e cinco centavos, por excesso de arrecadação. Destinou para a Universidade Virtual de Roraima duzentos e trinta e sete mil, setecentos e oitenta e três reais e quarenta centavos. E, abriu um crédito de cento e cinco milhões, seiscentos e sessenta e cinco mil, trezentos e trinta e dois reais e trinta e cinco centavos para operações especiais, inclusive, era bom que tomássemos conhecimento de que consistem essas operações especiais. O artigo 2º, desse mesmo Decreto, diz que os recursos necessários para a execução do disposto no artigo 1º decorrerão de excesso de arrecadação, recursos ordinários e do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal. Quer dizer que em noventa dias o Governo está abrindo cento e cinco milhões de crédito suplementar por excesso de arrecadação, visto que, dia 31 de março completou noventa dias da nova gestão do Governador **Anchieta Junior**. Pois bem, estou trazendo isso aqui para, mais uma vez, confirmar, de forma categórica que nós não viemos falar da falta de recursos. O Estado de Roraima tem recursos sim, e digo mais, esse valor daria praticamente para pagar, durante um ano, por mês, cento e cinquenta reais para sessenta e cinco mil famílias, porque se nós multiplicarmos sessenta e cinco mil famílias por cento e cinquenta reais vezes doze meses, nós vamos gastar cento e dezessete milhões de reais, como aqui já tem um suplemento de cento e cinco milhões de reais, faltaria doze milhões para se garantir o pagamento do vale-alimentação todos os meses, como foi prometido na campanha. Portanto, falta de recursos não é.

Quería comunicar aos meus Pares e a sociedade de Roraima que apresentei um Projeto de Lei de forma autorizativa para que o Governo eleve o valor do vale para cento e cinquenta reais. Dei entrada no dia 22 de março, já sugerindo que, através desse Projeto de Lei de nº09/11, o Governo efetivamente implemente o valor de cento e cinquenta reais.

Gostaria ainda de dizer que os Deputados que têm vindo com frequência a Sessão, têm observado como eu, coisas que queria destacar aqui. Eu nunca vi aqui na Assembléia tantas senhoras com crianças no braço, isso caracteriza a necessidade, a busca até de forma angustiante, por algum apoio, alguma ajuda, porque colocar uma criança no braço e passar o dia fora de casa, amamentando, não é fácil, até porque também não podem beber qualquer água. Então, isso tem me chamado a atenção, tantas e tantas senhoras aqui, nesta Casa, com crianças no braço.

Ontem à noite, precisamente às 20: 45h, na minha casa no Caçari, onde moro desde 1984, desde que me casei, pude observar uma senhora com uma criança no braço, segurando outra pelas mãos e com uma acompanhante grávida, pedindo comida aos vizinhos e, quando ela chegou ao vizinho da frente, na casa do Senhor **Túlio Pinto**, eu a chamei e fui indagar por que ela estava pedindo. Ela me disse que mora no bairro Burititis há treze anos, estava pedindo porque não estava recebendo o vale- alimentação e o marido está desempregado, quando consegue faz bico, e por isso pedir comida praticamente às 21:00h na porta das pessoas. Eu, que moro lá desde 1994, nunca vi um fato similar, já vi as pessoas pedirem durante o dia, de manhã, à tarde, mas nesse horário de noite, nesse horário, não é comum, mas, a pessoa está com tanta necessidade que se sujeita a pedir. Ontem, por coincidência, conversei com uma pessoa do cartório de protesto de títulos, e o que eu pude observar nessa conversa me preocupou? Comparado aos primeiros meses do ano passado, os protestos de supermercados cresceram 23%, isso significa que o comércio está vendendo menos, está circulando menos massa financeira, as pessoas compraram e não estão podendo pagar. Segundo ele, estatisticamente é muito comum nesse período o atraso, mas duplicata de quem vende roupa, de quem vende calçados, mas, de quem vende comida não, porque temos que comer todos os dias. Então, essa elevação de protestos demonstra que os nossos pequenos supermercados têm vendido menos. E, também segundo essa pessoa, já há pedido de falência de alguns supermercados, mas ainda não tenho números exatos. Todos nós sabemos que o vale-alimentação tem essa finalidade, vai para a mão do pai de família, que passa para o supermercado, que gera emprego, que paga o atacadista e, a economia gira em função disso. Quando não se tem a injeção financeira, essa retração vem e a economia sofre. Então, mais uma vez Deputado **Rodrigo Jucá** e Deputado **Joaquim Ruiz**, o nosso apelo é no sentido de que o Governo pague pelo menos os oitenta reais e faça o cadastro do vale na casa das pessoas.

A minha empregada recebe o vale-alimentação e, ontem ela

foi para o Antônio Lucena, no bairro Equatorial, e não conseguiu se cadastrar porque tinha muita gente e não conseguiu pegar a senha. Hoje, ela me ligou que ia para lá e não foi trabalhar. Então, como ela tinha me ligado ontem, eu fui lá, passei na frente, pedi para alguém ver se realmente o cadastro continuava daquela mesma forma que foi denunciada aqui. É impiedosa a forma como as pessoas continuam sendo tratadas, mães de famílias, idosos, precisamos sim fazer um cadastro mais digno, ter mais respeito com as pessoas. As famílias de Roraima merecem e exigem respeito. Muito Obrigado.

O Senhor Deputado **Sargento Damosiel** – Senhores Deputados, platéia que nos abrilhanta com vossas presenças.

Uso a tribuna para prestar conta de uma visita feita a Campos Novos, juntamente com o Deputado **Dhiego Coelho**. Inclusive, fui a convite de moradores da região que nos procuraram na Assembleia Legislativa há uma semana atrás, e fizemos uma visita especificamente a Escola Estadual Manoel Augustinho, onde os moradores denunciavam várias irregularidades e podemos confirmar, in loco, nessa visita, que a escola está em total abandono, suja, e a reunião com a comunidade foi, inclusive, na escola, onde nos trouxeram vários problemas e confirmamos os relatos, dentre eles a falta de quatro professores, motivo pelo qual ainda não houve aulas em três disciplinas: química, física e matemática. Havia um professor de inglês na escola, mas, como ele não ajudou na campanha para Governador, a Secretaria o transferiu, mas a comunidade se manifestou e ele continuou, porém a Secretaria arrumou outra maneira de afastar o professor, acabou com a matéria de inglês, e com isso, não teve mais necessidade do professor ficar na escola, criando a matéria de espanhol, há poucos dias, sendo que não tem professor de espanhol, logo agora estão faltando quatro professores. Fora isso, a estrutura física da escola está precária, há muito tempo não fazem uma reforma, a parte elétrica apresenta indício de incêndio, não há merenda escolar, as crianças se alimentam de bananas doadas pelos produtores de banana, e a escola já tem uma evasão escolar de duzentos estudantes, alguns que tiveram condições foram para a casa de parentes, estudarem na cidade, outros foram transferidos para o Apiaú e outros desistiram pela falta de condições, tanto há a falta de estrutura da escola como a falta de professor. Pasmem os Senhores, pois, os filhos do Diretor da escola estão estudando em outro local, nem o Diretor confiou em deixar os filhos na escola em que ele é Gestor. Então, estamos fazendo o nosso papel. Deputado **Joaquim Ruiz**, que é o Presidente da Comissão de Educação, leve esse problema para a Secretária de Educação o mais breve possível, porque caso contrário, os alunos que ainda teimam em continuar na escola perderão o seu ano letivo. Enquanto a TV ALE fazia a reportagem, uma Senhora em prantos dizia que a filha estava em Boa Vista estudando por falta de condições na escola. Enquanto essa Senhora falava, sua perna ficou preta de mosquitos da dengue e muriçoca, sendo esse outro problema da instituição de ensino. Se o Governo do Estado não intervir, rapidamente, Campos Novos vai ter um surto de dengue.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Dhiego Coelho** – A Vila de Campos Novos já foi a vila do já teve. Já teve escola, já teve professores, já teve merenda escolar, hoje a única coisa que tem é banana, os alunos estão escapando na Banana. Então, eles tomam suco de banana, vitamina de banana, tudo feito com as bananas doadas pelos agricultores da Vila de Campos Novos. É com pesar que falamos desse tema aqui no Plenário. Nós não estamos vendo nenhuma providência do Executivo com relação à educação. Várias mães de alunos choram por estar longe dos seus filhos, porque a única coisa que eles têm a oferecer é a educação e para eles oferecerem educação tem que tirar seus filhos de perto deles os mandando morar de favor na casa de terceiros. Então, isso é um atraso para o nosso Estado, é importante vermos, fiscalizarmos, estarmos perto. Quero também dizer, que estive no Município do Cantá, na vicinal 5, onde está sendo executado os serviços de transporte escolar para levar os alunos das vicinais para a escola. O ônibus de lá tem 39 lugares, os alunos estão tão organizados que fazem rodízio no ônibus, num dia vão 39 alunos, no outro dia vão os que não puderam ir ao dia anterior. Então, existe a rota, mas, o carro não está funcionando, não está trabalhando, tem gente recebendo e deixando de prestar o serviço. Então, eu quero registrar, referente a vicinal 5, a Vicinal 1, na Vila Central, que os alunos não estão chegando à escola porque o transporte não está rodando. Muito obrigado!

O Senhor Deputado **Sargento Damosiel** continua – Obrigado por complementar a denúncia que estou fazendo.

Quero dizer que, além do problema do transporte escolar que

citei, nos dias de segunda-feira não o transporte não é feito logo sábado, domingo e segunda-feira é a folga do transporte escolar, que ó vai começar a partir de terça-feira, mas não consegue trazer todos os alunos, fazem uma espécie de rodízio porque não cabe todo mundo no ônibus, além disso, a escola só tem uma zeladora e um vigia, os demais servidores abandonaram o serviço porque a empresa responsável não paga o salário em dia, inclusive, há uma denúncia dos funcionários de que há quatro meses não recebem, aí fica esse jogo, o Governo diz que pagou a empresa e ela diz que não recebeu do Governo, e quem paga por essa irresponsabilidade é a população que clama por uma educação de qualidade.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Ionilson Sampaio** – Esse é um problema que nós debatemos na Assembleia Legislativa, na semana passada, com a Secretária de Educação. Ela esteve aqui e nós fizemos uma reunião com a Comissão de Educação, com o Deputado **Joaquim Ruiz**, o Presidente, o Vice Presidente, que sou eu, e o que nos foi passado é que o Governo do Estado não devia a essas empresas. Essa é uma informação de extrema importância. Se o Governo diz que não deve a elas, então, as empresas estão ficando com o dinheiro dos funcionários?

O Deputado **Jean** foi até a Secretaria de Educação saber se essa informação procedia, até porque tinha um grupo de empresários, se não me enganaram vinte e dois empresários, que prestam serviço ao Governo, e nenhum deles confirmou que estavam recebendo o pagamento em dia. Eu não sei se a Secretária faltou com a verdade perante a Comissão ou se é os empresários que não estão repassando, pagando o salário desses funcionários, e estão ficando com esses recursos. É preciso que isso seja esclarecido pelo Governo e pela classe empresarial para que possamos estar defendendo a população, esses trabalhadores. É uma situação grave, mas nós acreditamos que se ela está acontecendo, é por culpa do Governo que já deveria ter se reunido com esses empresários para buscar uma solução. Então, que o Governo responsabilize os empresários que não têm pago em dia os salários dessas pessoas que são pais e mães de família e necessitam manter o seu sustento. Muito obrigado.

O Senhor Deputado **Sargento Damosiel** continua. – Obrigado, Senhor Deputado. Ontem, aqui na cidade, recebi algumas reclamações de servidores dessas empresas terceirizadas, especificamente funcionários da Escola América Sarmiento denunciando que há mais de quatro meses não recebem seus pagamentos, que procuraram a RS e a Atlântica, as quais alegaram que não receberam do Governo e que não tinham previsão para receber. Então, é necessário que se vá a fundo saber se isso é verdade, pois uma pessoa que fez a denúncia disse que vai abandonar o emprego e vai para o garimpo porque as dívidas estão grandes e a situação dessa pessoa é igual à de inúmeras outras que estão com o mesmo problema. É necessário que a Secretaria de Educação dê uma resposta concreta e não fique nesse jogo de empurrar a responsabilidade.

Aparte concedido a Senhora Deputada **Ângela Portella** – Senhor Deputado, eu estou muito preocupada com o teor de seu pronunciamento enquanto mãe e educadora. Hoje, existe uma necessidade premente para pensar na escola integral para a formação do cidadão, do aluno, formação pessoal, cognitiva e intelectual. O Chile é um País pobre, mas lá a educação é de alta qualidade porque as escolas funcionam em tempo integral. A outra preocupação é que na fase da infância e da adolescência, existe uma necessidade desses conviverem com a família, não só em relação ao afeto, mas, também para conceber conceitos para a sua formação. A formação integral perpassa pela convivência com a família. A criança e o adolescente precisam da orientação dos pais, não só do afeto, mas da orientação e, parece-me que o que está faltando é a divisão de responsabilidade, cada um assumir a sua responsabilidade. Hoje discutimos sobre a ausência de gestão, de responsabilidade da pessoa que recebe para fazer o transporte escolar, da ausência de autoridades que estão vinculadas a educação, não só nas escolas do Governo como da Prefeitura para dar uma atenção especial a essa situação. Não consigo conceber essas questões que o Senhor tem colocado, mas como foi feita uma comissão e estiveram, in loco, observando que isso é fato, temos que abraçar essa causa e buscar uma solução pelas crianças e pelos pais. Temos, também,

que fazer valer a garantia dos direitos fundamentais e um deles é a educação. Então, me preocupo muito com a sua colocação. Muito obrigada.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Jean Frank** – Deputado, o que o Senhor tem falado é pura verdade. Realmente, houve um pouco caso daquela pasta da Secretaria de Educação. Na verdade, são 25 empresas que prestam serviço às escolas, tanto na capital como no interior. Os contratos dessas empresas estão defasados, elas estão recebendo 465 reais por funcionário, enquanto o salário mínimo hoje é de 545 reais. Então, realmente, houve pouco caso daquela pasta da Secretária de Educação e, não sei por que ela não se preocupou em relação a esses empresários e, em relação também, aos funcionários que são pais de família que dependem de um salário mínimo para sobreviver. Conversamos com o Governador, que ficou ciente da situação, foi a Secretaria de Educação, pediu para que fosse agilizado o pagamento e nos garantiu, e aos empresários também, que agora dia 10 de abril, estaria resolvendo essas pendências, sendo que aquela pasta ainda continua pedindo as certidões das empresas que estão sem receber a quatro meses. Como eles vão pagar o FGTS se não conseguem receber? Portanto, isso foi muito bem colocado. Obrigado por estar defendendo também essa situação.

O Senhor Deputado **Sargento Damosiel** continua. – Senhores Deputados, quero fazer um cumprimento especial a comunidade de Rorainópolis e Iracema, pois, hoje, estamos mais próximos dessas comunidades, bem como, a comunidade do PA Nova Amazônia que, dos lugares que visitei, pude observar que o povo de lá acompanha muito os trabalhos da Assembleia Legislativa através dos programas da TV Assembleia. Então, queria fazer esse cumprimento especial a essas comunidades e a todos os presentes. Muito obrigado.

O Senhor Deputado **Ionilson Sampaio** – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados. Hoje, gostaria de fazer algumas considerações a respeito do fórum de debates que nós vamos ter aqui, na próxima semana, para discutirmos a questão da Saúde no nosso Estado. Todos sabem o quadro em que ela se encontra. Agora, é preciso, na Assembleia Legislativa, discutirmos com todos os atores envolvidos, com o Conselho de Medicina, o Conselho de outras categorias como de Odontologia e Fisioterapia, com os Gestores da Saúde, Prefeitos, e buscarmos algumas soluções para que nós possamos minorar o sofrimento das pessoas. O problema da Saúde é conjuntural, é um problema no País, não diz respeito somente a Roraima, mas, infelizmente, parece que a nossa está pior do que nos outros Estados. Sexta-feira passada o Globo repórter tratou desse assunto e mostrou, em vários Estados do País, o verdadeiro caos em que se encontra a saúde pública. Nesse sentido, há a necessidade de um debate mais sério, mais profundo, passando pelas Assembleias Legislativas e, logicamente, pela nossa bancada federal de Deputados e Senadores. Será que não é o modelo do SUS que está errado? Qual o problema que faz o SUS não funcionar, é subfinanciamento? É a má gestão? Então, é preciso que essas questões sejam discutidas, aprofundadas, para que nós possamos tirar aqui um documento, uma Carta de Roraima e enviarmos à nossa Bancada Federal para que se rediscuta esse modelo. O Sistema de Saúde Pública do País faliu. O nosso sistema de saúde está doente, pois não há planejamento, os médicos não cumprem a sua carga horária, bem como os outros profissionais, você não consegue fixar esses profissionais, não consegue fazer com que eles tenham o compromisso de cumprir a sua carga horária porque o salário também é baixo. Então, é uma série de questões que vamos discutir na Assembleia Legislativa durante três dias. Portanto, é louvável a iniciativa da Casa de iniciarmos essa discussão, isso deveria servir de modelo para as outras Assembleias Legislativas, pois já viemos discutindo essa questão durante tanto tempo, mas a coisa só tem piorado ao invés de melhorar. Então, precisamos trazer a sociedade para cá, ver quais são os reclames dela, ouvir as categorias profissionais e todos os envolvidos, como os gestores, enfim, para que possamos começar a repensar o nosso sistema de saúde.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Famarion Portella** – Senhor Presidente, Senhor Deputado. Parabênzoo Vossa Excelência pelo pronunciamento. Quero apelar ao Senhor Deputado **Guerra**, para que possamos estar, de forma maciça, ouvindo, debatendo,

recebendo críticas, sugestões, idéias, propostas. Pois, esse é dever e obrigação do parlamento que tem que estar em sintonia com a sociedade. Eu, de forma modesta, digo sempre aqui e vou repetir que tudo o que incomoda a sociedade deve incomodar o Poder Legislativo, e a saúde está incomodando, a saúde recebe muitas reclamações. Portanto, espero Deputado, que, com essa visão simples, mas políticas, de Vossa Excelência, possam sair daqui com idéias, com propostas, com uma Carta para lançarmos propostas e desafios para, a partir daí, construirmos novos caminhos, pois, ninguém é dono da verdade. Não há verdade absoluta, todos nós temos a nossa verdade e cada um na sua ótica, no seu prisma, mas, devemos conviver de forma harmoniosa, respeitosa, para engrandecer o parlamento. Há falhas, equívocos, idéias surgirão e, com certeza, receberemos inúmeras contribuições dos mais valorosos segmentos que aqui virão. Portanto, eu louvo a iniciativa do Poder. Espero que não pare por aqui, que procuremos debater assuntos relevantes para a sociedade, que adotemos isso com a consciência plena de que cada um pode praticar a filosofia do beija-flor, que quando vê o incêndio na floresta, mesmo sabendo que sua gota d'água não poderá apagá-lo, mesmo assim vai lá, pega a gota e coloca ao fogo. Portanto, se todos os beija-flores da floresta fizerem isso, as gotas se transformarão em chuva e apagarão o incêndio. Esse é o princípio que devemos abraçar aqui, porque a Saúde, não só a de Roraima, mas a do Brasil precisa, urgentemente, de novos caminhos e alternativas. Muito obrigado.

O Senhor Deputado **Ionilson Sampaio** continua – Obrigado Deputado. Creio que o Ministro **Alexandre Padilha** tenha um problema muito sério para resolver, porque o sistema precisa melhorar como um todo. Temos a questão da falta de planejamento, pois muitos dos problemas que vimos aqui no nosso Estado, surgem porque a Secretaria não planeja adequadamente, e depois sai comprando material de forma emergencial. Vi nos jornais de hoje que os empresários entregavam os materiais hospitalares de forma antecipada, e quando o Estado precisava, emergencialmente, para que as pessoas não pudessem morrer, não tinham e, agora, está sendo penalizado o empresário e o Estado por fazerem algo de forma irregular. É preciso que se planeje melhor. É preciso que os mecanismos de controle sejam mais eficientes na questão da aplicação dos recursos e que os gestores tenham realmente responsabilidade e sensibilidade social. É inadmissível o desvio de recursos da saúde, da educação, mas, quando se trata de saúde, de vidas humanas, isso é inadmissível. Precisamos repensar todo esse modelo. Os gestores da saúde sejam eles municipais, estaduais ou federais, precisam se deparar com esta questão e tentar resolvê-la de uma vez por toda.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Célio Wanderley** – Deputado **Ionilson**, é o momento oportuno para que possamos discutir, já que, na semana que vem, vamos ter o seminário. Hoje, nós completamos na Assembleia Legislativa duas mil sessões. Lembro-me da nossa Primeira Legislatura. Na primeira sessão nós já reclamávamos exatamente dos mesmos problemas que estamos reclamando hoje sobre a questão da saúde e, naquela época, eu, como médico, convivi bem de perto com a saúde do nosso Estado, acompanhei a evolução de pico de melhoras e picos acentuados de pioras no andamento da saúde do nosso Estado. Vejo a saúde do nosso Estado com muita preocupação. Tenho dito a todos os governadores, desde o primeiro governador até o atual, e a todos que passaram por lá, que tive a oportunidade de colocar as sugestões, pois, o que nós precisamos mudar é o modelo de gestão da saúde. Eu não entendo porque abadam SUS no Brasil inteiro como forma adequada de distribuição de recursos, e vemos a questão da saúde como está, exporta o modelo da saúde do SUS para outros países como se fosse um modelo eficiente, ele é um modelo eficiente para os municípios que têm uma boa arrecadação, para os que não têm, ele é um desastre, ou seja, municipalizar a saúde aqui no Estado de Roraima, transferindo para os municípios a responsabilidade que sabemos que ele não pode cumprir. Continuamos insistindo na mesma maneira de fazer, transferindo para o Caroebe a responsabilidade da gestão primária quando ele não tem condição de fazê-la, de lá ele encaminha para o município de Boa Vista, que também não tem condição de tocar. Portanto, sobra para o hospital geral esse tumulto que acontece e começam a colocar a culpa no médico e na enfermeira, quando na realidade o culpado é o modelo de gestão, ultrapassado, arcaico, que não se responsabiliza com o paciente. Nós precisamos ter uma visão diferente da saúde, pois, a saúde e a segurança pública são diferentes de qualquer outra coisa, funcionam 24 horas. Na segurança pública existe uma hierarquia militar, quando o soldado tira o plantão hoje, e amanhã o outro plantonista não vem, o Comandante o manda tirar de novo,

e ele é obrigado tirar, na enfermagem é diferente, se você não estiver estimulado a trabalhar, o seu serviço não vai funcionar. Deputado **Ionilson**, você trabalha na área de saúde e sabe que é assim. Brigamos com o Ministério Público para fazer o concurso público, e fizemos e nós temos o índice quanto à falta dos concursados, cerca de quase 30% ao ano. Isto equivale aos 4 meses que eles não trabalham, mas, não são todos os concursados, existem aqueles que trabalham integralmente 60%, 70%, e cobrem esses camaradas que faltam. Então não podemos fazer nada, vamos mandar o cara para a Administração ganhar gozo de férias e voltar achando graça da tua cara depois de três meses. Alguma coisa precisa ser feita. Se nós insistimos, podemos trazer o Papa para a maternidade e por o Bispo no hospital geral que não vai mudar esse quadro. Precisamos mudar esse modelo de gestão, ter um amparo da questão funcional do hospital, fazer um treinamento, fazer um quadro motivacional para que essas pessoas tenham motivação para trabalhar, para que eles tenham um plano de cargos e salários e a garantia que terão melhorias na condição de vida. Como posso exigir de um médico que estudou 10 anos, pois para se formar, hoje, são necessários 6 anos e mais 4 anos de residência, pagando 4 mil reais para ele por um contrato de 40 horas, que ele fique de plantão na maternidade, no hospital, durante 12 horas, após cumprir às 40 horas. Vou pedir, por favor, para ele ficar de novo? Vamos testar a produtividade, tem colegas que operam, fazem cirurgia geral, e no final do mês ele fez 80 cirurgias, aí eu chego ganhando o mesmo valor que ele, e só fiz duas cirurgias. Com os anestesistas é a mesma coisa, ginecologistas também. Então, alguma coisa precisa ser feita. Acho que todos nós somos responsáveis, todos nós precisamos ter essa conscientização. Para entrarmos no hospital devemos estar usando roupa comprida, não podemos entrar de bermuda, camisa decotada, se não mudarmos o modelo de gestão, e não é dessa forma que vamos mudar, não vamos mudar a realidade da saúde. Precisamos alterar esse quadro, precisamos criar uma estrutura, trazer uma equipe que dê um treinamento e faça um diagnóstico definitivo da saúde, nós não temos um setor de estatística nem no Estado nem na Prefeitura.

Aparte concedido a Senhora Deputada **Aurelina Medeiros** – Só para complementar o que vocês disseram, o Senhor e o Deputado Célio estão cobertos de razão, mas, quem assistiu a reportagem sobre a saúde no Brasil, ficou preocupado. Vimos a saúde de São Paulo, Brasília, com problema cem vezes pior que o nosso do Estado de Roraima, e me preocupa muito porque a nossa saúde, principalmente, como o Senhor falou em relação ao Caroebe, um exemplo de saúde municipalizada, do SUS, não funciona, aí o que acontece, você tem um Estado que não tem mais uma gota de recursos do SUS, a verba passa direto para os municípios, pois, o Estado se programa para comprar medicamentos, por exemplo para o hospital geral, e de repente tem que desviar recursos para suprir o resto dos municípios porque o SUS e as prefeituras, como Senhor colocou, não têm condições de gerir a saúde. É muito complexa a situação, é difícil a situação da saúde, e já ouvi muita coisa depois daquela reportagem, já ouvi muita gente dizer, “meu Deus do céu, eu vi tanta coisa feia, acho que ainda estamos no paraíso”. Então, a saúde como a segurança é uma questão nacional, questão de vários anos de demagogia no poder, de faz de conta que faz tudo e não se faz nada. Obrigada.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Chico Guerra** – Nós estamos atentos ao pronunciamento do Deputado **Célio** e da Deputada **Aurelina**. É isso que nos incomoda, são os modelos falidos que vêm gerenciando a saúde há bastante tempo, por isso, que nós, a partir da semana que vem, vamos discutir esse assunto aqui e, tenho certeza que tudo que Vossa Excelência está colocando vai ser debatido com maior clareza, para possamos mostrar para os nossos mandatários o que é preciso ser feito. E, não é difícil ser feito, sempre venho dizendo, se comparamos a saúde de Roraima com a saúde do resto do país, e se mantermos esse nível que temos hoje, com uma população de apenas cinco milhões de habitantes, sem sombra de dúvidas nós seremos referência nesse país para o mundo. Por isso é importante esse debate na Assembleia. Vossa Excelência está de parabéns em trazer esse debate, e traga sempre esse tipo de decisão, porque quanto mais à população cobrar de nós, das pessoas que tem voz, sem sombra de dúvida vamos estar contribuindo para que a saúde melhore e se mantenha enquanto a população cresce. Parabéns.

O Senhor Deputado **Ionilson Sampaio** continua – Obrigado Deputada Aurelina e Deputado Chico Guerra pelos apertes. Quero convidar todos os Deputados para um debate, não só com a Comissão de Saúde, na segunda, terça e quarta-feira, três dias de debates interessantes, para, com certeza, estarmos contribuindo para que

possamos avançar na melhoria da questão da saúde no nosso Estado. Obrigado.

O Senhor Presidente (**Célio Wanderley**) – Senhor Presidente, é uma honra estarmos aqui. Hoje, se completa 2000 Sessões desse Parlamento. Eu e o Deputado **Chico Guerra** hoje, pela manhã, estávamos dizendo que o **Rodrigo Jucá**, é agora o nosso garoto propaganda, há 20 anos, era o **Chico Guerra**. Na realidade, nós dois fomos os únicos que permaneceram aqui na Assembleia. Acompanhamos desde a sua implantação, desde a criação da nossa Constituição, e, posteriormente, as leis orgânicas do tribunal de Justiça, do Ministério Público, do Tribunal de Contas, de todos os órgãos. Organizamos a Constituição do nosso Estado com a participação de todos os colegas que passaram por aqui durante esses 20 anos em que fazemos parte deste Poder.

Posteriormente, logo na sequência tivemos a companhia do **Jalser, do Mecias** que também, já são veteranos aqui nessa Casa. Depois chegaram o **Erci de Moraes**, o **Flamarion Portela** e mais recentemente, o **Remídio Monai**, o **Naldo** e agora os novatos que fazem companhia ao grupo dos mais antigos: **Dhiego, Jean, Xingu, Brito, Coronel Chagas, Marcelo Natanael, Joaquim, Rodrigo**, que hoje fazem parte da nossa Assembleia. Na realidade, hoje nós temos uma formação do corpo da Assembleia juntando a experiência dos mais antigos com a juventude que chega para nos ajudar, para nos fortalecer, principalmente, ao completamos hoje 2000 mil Sessões.

Então, queria aqui, Senhor Presidente, Deputado **Chico Guerra**, parabenizar a Assembleia Legislativa por todos esses anos em que temos sido partícipes do processo evolutivo desse Estado, não só nas questões importantes, no sentido festivo, mas nas questões relevantes como a questão da saúde, da educação, da segurança pública, enfim, todos os problemas, efetivamente, a Assembleia legislativa tem sido parceira e participativa no sentido de dar aos governantes que passaram por esse Estado, condições para que pudessem governar e ter a tranquilidade de poder proporcionar a Roraima um futuro melhor, trazendo a esse Estado melhores condições de vida para o nosso povo. Tenho certeza que a Assembleia cumprindo o seu papel, papel relevante como bem disse o Deputado **Flamarion Portela**, pois, todas as ações que afligem o povo são responsabilidades desta Casa aqui estão os seus representantes aqueles, como disse o **Berinho**, que talvez não sejam os melhores, mas são que o povo escolheu.

Então, cada um de nós nos responsabiliza pelas ações que Assembleia vem desenvolvendo durante todos esses anos. Tivemos a participação durante esses longos anos, no gerenciamento da Assembleia. Tivemos aqui o companheiro **Mecias de Jesus**, que ficou a frente da Casa e que nos honrou de ter participado com ele da valorização da Assembleia, sempre procurando dar a esta o destaque que ela merece. Agora, temos o Deputado **Chico Guerra**, nosso parceiro, nosso companheiro durante esses anos todos e que tem procurado, aqui, neste Poder, trazer os problemas que esse Estado enfrenta aqui para dentro. Temos questões importantes que precisamos resolver até com certa urgência porque delas depende o desenvolvimento deste Estado. Temos a questão da criação dos novos municípios, que eu acredito ser grande importância para Roraima, visto que temos e um Estado grande com apenas 15 municípios, e isso dificulta a administração pública. Nós sabemos que a criação de novos municípios pode ao mesmo tempo trazer um aumento de despesas e uma melhor distribuição de renda para o nosso Estado.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Rodrigo Jucá** – Deputado agradeço a bondade e a gentileza da Vossa Excelência nas homenagens à Assembleia Legislativa. Estava aqui pensando, enquanto Vossa Excelência discursava que quando a Assembleia Legislativa do Estado de Roraima foi criada, eu tinha apenas 10 anos e, hoje, tenho a oportunidade, a honra e o orgulho de estar presente na Sessão de nº 2000 desta Casa. Então, quero render as minhas homenagens a todos os Deputados que passaram por esta Casa, a todos os Presidentes que passaram por aqui e aos servidores que, ao longo de todos esses anos, ajudaram a Assembleia a consolidar o seu papel. Quero, também, prestar as homenagens a todos aqueles que contribuíram na confecção da Constituição do nosso Estado e, em especial, a Vossa Excelência e ao Senhor **Chico Guerra**, que são, na verdade, grandes contribuintes, grandes partícipes desse trabalho e que até hoje, são referência aqui dentro, e vem passando seus ensinamentos à frente. Tenho aprendido muito nesses meses iniciais de trabalho. Tenho feito todo esforço possível para acompanhar o ritmo da Casa, para encontrar a melhor forma de trabalhar aqui dentro e, admito ouvir Vossa Excelência e o

Deputado **Chico Guerra**, Presidente desta Casa, que sempre nos dá boas orientações para seguirmos bons caminhos. Então, parabéns a Vossa Excelência e ao Deputado **Chico Guerra** pelos anos de mandato. Parabéns a todos que ajudaram a fazer a Assembleia Legislativa do Estado de Roraima uma instituição que caminha para frente, sempre crescendo.

O Senhor Deputado **Célio Wanderley** continua. – Faço um agradecimento especial aos funcionários da Assembleia. Eu que acompanhei o início dessa implantação, sei as dificuldades que esses funcionários enfrentaram para que nós pudéssemos realizar o nosso trabalho aqui nesta Casa.

A grande maioria dos funcionários que ainda estão nesta Casa começou conosco e sem eles, a Assembleia Legislativa não funcionaria. O público tem sido o nosso parceiro, porque ninguém gosta de vir sem que haja platéia. Lembro-me muito bem que tínhamos colegas que gostavam muito de tribuna, quando tinha muita gente na Casa eles se inscreviam para falar, quando tinha pouca gente, não usavam a tribuna. Na realidade, a população é nossa partícipe, é quem nos cobra, é quem está todos os dias trazendo os problemas inerentes ao nosso Estado, nos colocando antenados com os problemas que e cada dia surgem. A Assembleia Legislativa é a caixa de ressonância da reivindicação da nossa população. Por isso, agradeço a todos que durante esse tempo todo tem contribuído para que a nossa Assembleia Legislativa possa permanecer ativa. Agradeço ao Presidente desta Casa que tem sido um parceiro e tem ajudado todos nós. Queria parabenizar a cada um dos Deputados que hoje estão com dez legislaturas, outros com 50, outros com 1000 que todos possam chegar a 4000, possam estar aqui, efetivamente, comemorar isso. Obrigado e que Deus possa iluminar o caminho de cada um.

O Senhor Presidente (**Chico Guerra**) – Senhoras e Senhores Deputados, imprensa, senhores aqui presentes, meu querido povo de Rorainópolis, de Iracema. Estamos, hoje, passando por esta data significativa que é a Segunda Milésima Sessão Ordinária do Poder Legislativo. Em quase 100 sessões por ano, a cada três dias a Assembleia Legislativa se reuni em uma reunião ordinária e, nenhuma Assembleia deste país fez tanto quanto fez a Assembleia Legislativa de Roraima nos últimos anos. Com exceção do Amapá e de Tocantins, que são Estados novos, a Assembleia Legislativa durante todos esses anos construiu aqui as leis que regem o nosso Estado. Fizemos a nossa Constituição e depois de 10, 15 anos, a reformulamos, mantendo-a com a mais moderna deste País, isso segundo os juristas que conhecem e os pesquisadores das Universidades do curso de direito por aí fora.

Nós criamos a estrutura para instalação do TJ para que as pessoas pudessem ter uma justiça. Instalamos o Ministério Público Estadual para que as pessoas pudessem ter aonde reclamar. Criamos o TCE para que pudessem também, fazer a fiscalização do Estado. Enfim, durante esses 20 anos a Assembleia Legislativa fez tudo aquilo que era necessário para o Estado de Roraima nascer e continuar crescendo.

Criamos também o DETRAN e a FEMACT, a nossa fábrica de sonhos, que é a nossa Universidade Federal, enfim, durante esses 20 anos nós fizemos algo que jamais poderiam imaginar que a Assembleia Legislativa pudesse fazer.

Estudiosos que já estão pesquisando tudo, mostrando que o Poder Legislativo não é aquilo que muitas pessoas dizem, que Deputado não faz nada, que Deputado só passeia, aqui em Roraima é diferente. Durante esses 20 anos fiz parte desse colegiado de homens descentes, que para cá vieram, passaram e deixaram a sua marca, como é o caso do Deputado **Otoniel Ferreira**, um grande tribuno, **Edio Lopes, Berinho Bantim, Iradilson Sampaio, Jeil Valério, Afonso Fácio**, homens que por aqui passaram e deixaram a sua marca de preocupação com este Estado e até hoje continuam se preocupando com ele e com este Poder.

Por isso, sinto-me emocionado com isso, e quero pedir a Deus que me dê saúde e a oportunidade de participar da terceira, da quadragésima milésima, enfim, a minha vida se transformou nisso aqui que é hoje, que é o Poder Legislativo. Gosto de ser Deputado orgulhame de ser Deputado e estou aqui porque gosto de fazer isso e luto cada dia para que esse Poder fique cada dia mais forte e para que possa contribuir e muito para o desenvolvimento do nosso Estado, visando à melhoria do nosso povo.

Quero parabenizar a todos os Deputados que fazem esse poder e aqueles que fizeram parte desta marca histórica pela qual estamos passando hoje. Muito obrigado.

Não havendo mais orador para usar o Grande Expediente,

passamos para a Ordem do Dia. Discussão e votação, em turno único, do Requerimento de Pedido de Informação nº 004/11, solicitando da Companhia Energética de Roraima, informações sobre o quadro de pessoal do órgão, de autoria do Bloco Parlamentar de oposição; Projeto de Decreto Legislativo nº 026/10, que “Declara de utilidade pública a Associação Folclórica de Dança Nordestina Cangaceiros do Thianguá e dá outras providências”; Projeto de Decreto Legislativo nº 006/11, que “Altera o Decreto Legislativo nº 029/10, de 16/12/10, que fixou o subsídio do cargo de Deputados Estaduais para o exercício de 2011, e dá outras providências” e, em Primeiro turno, do Projeto de Lei Complementar nº 07/11, que “Altera dispositivos da Lei Complementar nº 142, de 29/12/08, e dá outras providências” e, ainda, o Projeto de Lei Complementar nº 011/11, que “Altera os dispositivos da Lei Complementar nº 142, de 29/12/08, e dá outras providências”.

Suspendo a Sessão pelo tempo necessário para que as comissões em conjunto possam analisar e emitir parecer aos Projetos de Lei Complementar nº 07 e 011/11, e para que a Comissão de Justiça possa analisar os Projetos de Decreto Legislativos nº 026 e 006/11.

Reaberta a Sessão.

O Senhor Presidente (**Chico Guerra**) – Dou por reaberta a Sessão.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário proceder à leitura do Requerimento de Pedido de Informação nº 004/11.

O Senhor Primeiro Secretário (**Naldo da Loteria**) – Lido o Requerimento nº 004.

O Senhor Presidente (**Chico Guerra**) – Coloco em discussão o Requerimento.

O Senhor Deputado **Mecias de Jesus** – Sou o autor do Requerimento. O que eu estou solicitando são informações cristalinas das Centrais Elétricas de Roraima, e como há assinatura de alguns Deputados, certamente a empresa não se furtará de dá as informações solicitadas. Muito obrigado!

O Senhor Presidente (**Chico Guerra**) – Não havendo quem queira discutí-lo, coloco-o em votação. A votação será simbólica. Os Deputados que concordarem permaneçam como estão. Dou por aprovado o Requerimento.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura do Decreto Legislativo número 026/2010.

O Senhor Primeiro Secretário (**Jalser Renier**) lido do Decreto Legislativo número 026/2010.

O Senhor Presidente (**Chico Guerra**) – Coloco em discussão a matéria.

Não havendo quem queira discutí-la, coloco-o em votação. A votação será simbólica. Os Deputados que forem favoráveis permaneçam como estão.

Dou por aprovada a matéria.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda a leitura do Decreto Legislativo número 06/2011.

Questão de Ordem do Senhor Deputado **Chicão da Silveira** – A matéria já foi exaustivamente debatida, solicito que seja dispensada a leitura da mesma.

O Senhor Presidente (**Chico Guerra**) Indefiro o Requerimento de Vossa Excelência e solicito sua leitura.

O Senhor Primeiro Secretário (**Jalser Renier**) Lido o Projeto de Decreto Legislativo 06/2011.

O Senhor Presidente (**Chico Guerra**) – Coloco em discussão a matéria.

Não havendo quem queira discutí-la, coloco-o em votação. A votação será simbólica. Os Deputados que forem favoráveis permaneçam como estão.

Dou por aprovada a matéria.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura do Projeto de Lei Complementar 07/2011, com as Emendas.

O Senhor Primeiro Secretário (**Jalser Renier**) - Lido o Projeto de Lei Complementar número 07/2011 com as Emendas.

O Senhor Presidente (**Chico Guerra**) – Coloco em discussão a matéria.

Não havendo quem queira discutí-lo, coloco-o em votação. A votação será nominal e eletrônica.

Informe que, conforme o Regimento Interno, a matéria só

será aprovada se tiver maioria absoluta dos Deputados, portanto, treze votos favoráveis.

Dou por aprovada a matéria. Votando sim, aprovam a matéria, e não, rejeitam.

Solicito ao técnico que proceda a abertura do painel para a votação.

Dou por aprovado a matéria com dezoito votos favoráveis em primeiro turno.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura do Projeto de Lei Complementar número 011/2011, e do Parecer da Comissão em Conjunto.

O Senhor Primeiro Secretário (**Jalser Renier**) - Lido o Projeto de Lei Complementar 011/2011, e o Parecer da Comissão em Conjunto.

O Senhor Presidente (**Chico Guerra**) – Coloco em discussão a matéria.

Não havendo quem queira discutí-lo, coloco-o em votação em Primeiro Turno. A votação será nominal e eletrônica.

Informe que, conforme o Regimento Interno, a matéria só será aprovada se tiver maioria absoluta dos Deputados, portanto, treze votos favoráveis.

Dou por aprovada a matéria. Votando sim, aprovam a matéria, e não, rejeitam.

Solicito ao técnico que proceda à abertura do painel para a votação.

Dou por aprovado, em Primeiro Turno, com dezenove votos favoráveis, nenhum contra e nenhuma abstenção.

Passaremos para Explicações Pessoais.

A Senhora Deputada **Aurelina Medeiros** – Senhor Presidente, quero reconfirmar a reunião hoje, a partir das 15:30, com todos os Presidentes e Vice-Presidentes das Comissões e Presidentes das Comissões da criação dos municípios, para discutirmos o organograma de trabalho das Comissões que já existem nesta Casa.

O Senhor Deputado **Marcelo Natanael** – Senhor Presidente, quero convidar os Parlamentares da Comissão Especial: **Gabriel Picanço, Marcelo Cabral, Diego Coelho e Jânio Xingú**, para nos reunirmos no plenarinho, onde vamos sabatinar o Senhor **Jairo Amilca Silva Araújo**, indicado para exercer o cargo de Reitor da Universidade Virtual do Estado de Roraima – UNIVIRR.

O Senhor Deputado **Rodrigo Jucá** – Senhor Presidente, também quero convocar os Senhores Deputados: **Ângela Águida Portella, Célio Wanderley, Flamarion Portela e Ionilson Sampaio**, para, após a Sessão aqui mesmo no Plenário, fazer a sabatina do Senhor **Luiz Emilio Souza Leitão**, indicado para exercer o cargo de Diretor Presidente da Fundação Estadual do Meio Ambiente, Ciências, Tecnologia – FEMACT.

O Senhor Deputado **Remídio Monai** – Senhor Presidente, Senhores Deputados. Quero comunicar que amanhã estará acontecendo em Lethen na Guiana, a segunda reunião do comitê de fronteira Brasil/Guiana, nos dias 6 e 7. O comitê vai discutir as questões fronteiriças sobre saúde, educação, transporte, segurança pública, e todas as demais questões. Convido os Senhores Deputados que queiram participar, a reunião começará as 9:00 da manhã, em Lethen, onde estará o representante do Governo Brasileiro do Itamaraty e, também, o do Governo da Guiana, discutindo todas as questões fronteiriças. Obrigado.

O Senhor Presidente (**Chico Guerra**) – Não havendo mais nenhum Deputado que queira fazer o uso de Explicações Pessoais e, não havendo mais nada a tratar, dou por encerrada a presente Sessão e convoco outra para o dia 06, no horário regimental.

Estiveram presentes os Senhores Deputados: **Ângela Portella, Aurelina Medeiros, Brito Bezerra, Célio Wanderley, Chicão da Silveira, Chico Guerra, Coronel Chagas, Erci de Moraes, Flamarion Portela, Jalser Renier, Jânio Xingu, Jean Frank Padilha, Joaquim Ruiz, Marcelo Cabral, Marcelo Natanael, Mecias de Jesus, Naldo da Loteria, Rodrigo Jucá, Sargento Damosiel e Soldado Sampaio**.